

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

KIZZY VECCHIO DA COSTA

SERVIÇO SOCIAL E FORMAÇÃO POLÍTICA: EVIDÊNCIAS DO DEBATE ATUAL

Porto Alegre

2015

KIZZY VECCHIO DA COSTA

SERVIÇO SOCIAL E FORMAÇÃO POLÍTICA: EVIDÊNCIAS DO DEBATE ATUAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul para obtenção do grau de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Professora Dra. Berenice Rojas Couto

Porto Alegre

2015

KIZZY VECCHIO DA COSTA

SERVIÇO SOCIAL E FORMAÇÃO POLÍTICA: EVIDÊNCIAS DO DEBATE ATUAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul para obtenção do grau de Mestre em Serviço Social.

Aprovado em _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA:

Professora. Dra. Berenice Rojas Couto (PPGSS/PUCRS)

Professora. Dra. Jane Cruz Prates (PPGSS/PUCRS)

Profa. Dra. Mônica de La Fare (PPGE/PUCRS)

Porto Alegre

2015

Ao meu pai, Paulo Antônio da Costa,
por ter feito da sua vida um exercício de resistência ao capital,
transformando todos os lugares em que passou
em espaços de educação política.

AGRADECIMENTOS

Este certamente é o agradecimento mais importante que quero fazer: a Bere. Que neste tempos foi minha orientadora não só na dissertação, mas na vida. Por nenhum instante me senti sozinha ou desprotegida nessa caminhada porque esteve ao meu lado. Esses dois anos de mestrado vieram acompanhados dos piores e melhores momentos que já passei na vida, e se eu não desisti foi porque tu segurou minha mão, como uma verdadeira mãe. Sempre te admirei pela profissional que és, mas ao te conhecer melhor admiro o ser humano que tu és, solidária, amorosa, forte ... tu és uma fortaleza em que tive o privilégio de encontrar abrigo.

A Jane que desde minha graduação marca minha vida, alguém que sempre tive para além da sala de aula. A paixão pela profissional e a certeza de um outro mundo mais justo e igualitário brilham em teus olhos sempre que fala, este brilho foi uma das maiores inspirações que tive na minha construção como Assistente Social.

A Mônica que mesmo sem me conhecer dedicou seu tempo para ler e construir comigo nesse momento, compreendendo os limites temporais impostos e acolhendo minha dissertação. Tua compreensão e dedicação significaram para mim lágrimas a menos e isso não tem como medir. Tua contribuição lança outros olhares ao meu estudo e já posso ver logo ali uma parceria que se constrói.

Meu “bonde”, tenho todo amor que houver nessa vida! A cumplicidade, carinho e companheirismo foram indispensáveis para passar por todos esses momentos de incertezas, dificuldades e angústia. As tarde de café feliz são retratos da nossa amizade construída por dentro de nossas diferenças que muito me ensinaram. Pertencer a este grupo foi mais do que ter colegas para dividir esses dois anos, foi ressignificar o sentido da palavra amizade em que a generosidade e grandeza que existe nela é capaz de se expressar em um sorriso carregado de ternura. Foram o maior presente que ganhei desta trajetória!

Para os colegas de Núcleo, quisera eu poder ter esses parceiros para sempre. A vivência de um núcleo de pesquisa representa pra mim um espaço de troca, amparo e segurança. Talvez essa não seja uma definição corriqueira, porque certamente nosso NEPES é especial! Muito obrigada a todos pelas contribuições ao longo dessa jornada que é a pós-graduação. Retomar os estudos e o processo investigativo não foi fácil, mas ao conhecer essa turma (dos que estão, dos que passaram, e dos que logo voltarão a passar – eu), compreendi que o Núcleo de

Pesquisa é uma casa, em que mais do que contruir conhecimento, contruímos sentimento. E o meu é de alegria por conviver com vocês! Lógico que este não será um adeus, porque uma vez NEPES, para sempre NEPES!

Dizer a minha família e amigos que agradeço do fundo do coração pela compreensão em todos momentos que não pude estar presente. Se eu pudesse novamente escolher a família (sanguínea e afetiva) em que nasceria não mudaria nada, vocês são minha maior riqueza! Obrigada por serem presentes em minha vida!

As crianças que bagunçam e animam meus dias, desculpe pela brincadeiras que deixamos de fazer, pela intolerância de alguns momentos. Bezinho meu sapeca e Isa minha princesa é por vocês que faço isso, na esperança que o mundo em que criarão seus filhos seja melhor que o nosso. Isa não tenho amor maior do que por ti, me orgulho muito de ti minha filha, por tua força e teus sempre presentes questionamentos, que sempre dão novos sentidos às minhas reflexões, porque trazem a simplicidade e ingenuidade do olhar de criança.

Andrews, meu companheiro, obrigada pela ajuda, compreensão e amor que sempre estive comigo nessa caminhada. Compreendi que amor é mais do que doação, é deixar ser amado, essa é uma das delícias da vida e foi contigo que aprendi. Ess@ pequen@ que carrego e que me apresenta um amanhã novo e incerto simboliza nosso amor. A única coisa que desejo é estejamos “juntos até o fim”!

E, claro, meu último agradecimento não poderia ser outro senão ao Lupi e AMT pela confiança e oportunidade de trabalhar e experienciar a formação política. Muito me ensinam e foi esse carinho que me motivou a vir para o mestrado, no intuito de retornar aos nossos trabalhos com mais força, determinação e conhecimento. Poucas pessoas podem dizer que se realizam no seu trabalho e eu sou uma das privilegiadas. Obrigada e sempre contem comigo!

RESUMO

A presente dissertação situa-se na linha de pesquisa Serviço Social e Políticas Sociais e tem como problema de pesquisa identificar de que modo o Serviço Social vem se apropriando do tema da formação política. Efetiva-se através de pesquisa documental, no Banco de Teses da CAPES, no período de 2011/2012, identificando as produções de teses e dissertações que versam sobre o tema. A coleta de dados teve como critério a recorrência das categorias explicativas e empíricas nos seguintes títulos e palavras-chave: consciência (política), conscientização, cultura (política), educação (política, popular, social), participação (política, popular, social), politização, organização (social, política, popular) e controle social. Os objetivos formulados para responder ao problema de pesquisa visam identificar as produções que embasam teórico-metodologicamente o Serviço Social a fim de refletir sobre sua relação com o tema da formação política, investigando os autores que fundamentam as produções coletadas; identificar, nas produções, em que espaços de trabalho o Assistente Social evidencia o debate sobre formação política; e problematizar a concepção dos processos educativos de participação e organização social mediados nos relatos de intervenção. Os dados, a partir da análise das produções do serviço social, apontam para uma apropriação superficial do conceito, pois não articula os seus processos fundamentais (participação, organização e educação). Há uma concentração das produções na análise da participação voltada às políticas públicas na esfera do controle social. A análise possibilitou problematizar de que modo o tema da formação política vem sendo tratado na contemporaneidade pela área e quais os desafios postos aos assistentes sociais, todavia ainda é uma pesquisa incipiente para generalizações, acreditando-se que o universo de produções na área é muito mais amplo. Buscou-se contribuir para com a sistematização do conceito de formação política crítica pelo fato de o mesmo aparecer com diferentes nomenclaturas e concepções. Portanto, a formação política crítica se diferencia por ser um processo social orientado por uma cultura política, ou seja, a partir de valores que afirmam a democracia e os direitos humanos que incluem os processos: participação, organização e educação. Essa formação preconiza uma participação efetiva pautada no acesso à informação, leitura crítica do real e autonomia para a tomada de decisões. Ao mesmo tempo, conduz a uma educação autêntica que instiga o ímpeto criador ontológico humano em uma perspectiva transformadora.

Palavras chaves: Formação Política, participação, organização social e Serviço Social.

ABSTRACT

This thesis is situated in the line of research Social Work and Social Policy and its research problem identify how social work is appropriating the subject of political education. Effective up through desk research, the Bank of CAPES Theses in 2011/2012 period, identifying the productions of theses and dissertations that deal with the subject. The data collection was to test the recurrence of explanatory and empirical categories in the following titles and keywords: awareness (political) awareness, culture (policy), education (political, popular, social), participation (political, popular, social), politicization, organization (social, political, popular) and social control. The objectives formulated to respond to the research problem are intended to identify the productions that support theoretical-methodological social work to reflect on their relationship with the subject of political education, the authors investigating underlying the collected products; identify, in production, in which the workspaces Social Worker highlights the debate on policy formation; and discuss the design of educational processes of participation and social organization mediated the intervention reports. The data from the analysis of social service productions, point to a superficial appropriation of the concept, is it articulates its core processes (participation, organization and education). There is a concentration of production in the analysis of public policies focused participation in the sphere of social control. The analysis made it possible to question how the subject of political education is being addressed nowadays by the area and what the challenges faced by social workers, but is still an incipient search for generalizations, it is believed that the universe of production in the area is much more wide. We tried to help with the systematization of the concept of training critical policy because it appears under different names and concepts. Therefore, the critical political formation is different because it is a social process guided by a political culture, that is, from values that claim democracy and human rights which include the process: participation, organization and education. This training calls for effective participation in guided access to information, critical reading of the real and autonomy for decision-making. At the same time, leads to a genuine education that encourages the human ontological creative impetus in a changing perspective.

Key words: Training Policy, participation, social and Social Service organization.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Incidência de categorias nos títulos e palavras-chave	71
Quadro 2 - Principais categorias que emanam dos títulos e palavras-chave	72
Quadro 3 - Categorias com maior incidência na fundamentação teórica	74

LISTA DE SIGLAS

- ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
- ABESS – Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social
- BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
- BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
- CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CBAS – Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
- CBCISS – Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais
- CFAS – Conselho Nacional de Assistentes Sociais
- CFESS – Conselho Federal de Serviço Social
- CRAS – Conselho Regional de Assistentes Sociais
- ENFF – Escola Nacional Florestan Fernandes
- FMI – Fundo Monetário Internacional
- MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
- ONG – Organização Não Governamental

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 LUTA DE CLASSE E RELAÇÕES SOCIAIS NO CAPITALISMO	21
2.1 ELEMENTOS DA FORMAÇÃO SOCIO-HISTÓRICA DO BRASIL	21
2.2 ENFRENTAMENTO DA ALIENAÇÃO COMO RUPTURA NA FÁBRICA DE CONSENSOS	34
3 O SERVIÇO SOCIAL NO INTERIOR DA LUTA DE CLASSES	42
3.1 CONSTRUÇÃO DO COMPROMISSO COM A CLASSE TRABALHADORA	42
3.2 O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL PELA VIA EMANCIPATÓRIA	47
4 PROCESSOS DE FORMAÇÃO POLÍTICA: UMA CONTRIBUIÇÃO AO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL	57
4.1 FORMAÇÃO POLÍTICA COMO PROCESSO SOCIAL	57
4.2 EVIDÊNCIAS DO DEBATE DA FORMAÇÃO POLÍTICA NO SERVIÇO SOCIAL	67
CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
REFERÊNCIAS	91
APÊNDICE A – Esquema conceitual da formação política crítica	94
APÊNDICE B – Produções do serviço social disponíveis para análise	95
APÊNDICE C – Principal fundamentação teórica das produções	97

1 INTRODUÇÃO

Ainda que o tema da formação política seja necessário e emergente, ele não é comum nas produções do Serviço Social, tampouco tem feito parte do processo de formação ou exercício profissional, mesmo que muitos de seus elementos nele estejam presentes. A escolha dessa temática de trabalho e construção de conhecimento nasceu do processo de formação da pesquisadora. Teve seu início com a militância no movimento estudantil, em que as práticas de politização estavam presentes e eram centrais em seu desenvolvimento dado o caráter dinâmico e rotativo dos membros e lideranças desse movimento. A representatividade dos discentes na Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) por duas gestões fez o tema da formação emergir, associado a práticas políticas intensas no movimento estudantil. Ao concluir a graduação houve um tempo sem que esse tema tomasse corpo no cotidiano de trabalho, contudo, os questionamentos e as práticas estabelecidas na militância continuavam presentes como um lembrete para a transformação social.

Foi em um momento específico que isso se consolidou enquanto prática quando se realizou uma consultoria para um partido político sobre os processos de participação e organização social. Naquele momento todo o sentido da formação política de outrora ganhou força e se consolidou. Alguns questionamentos vieram à tona e, por algum tempo, distanciaram tal prática e trabalho do exercício profissional. A pesquisadora, ao não se perceber como Assistente Social naquele espaço, tampouco encontrar subsídios teórico-metodológicos nas produções da área, sofreu um distanciamento do Serviço Social. A retomada não poderia vir de outra forma que não pela própria apreensão dos sujeitos que reconhecem o processo de formação política vivenciado como “competência e atribuição do Serviço Social”. Esse movimento gerou um repensar que passou pela identificação das demandas emergentes no cotidiano de trabalho, associando-as, inevitavelmente, às expressões da questão social e, assim, ao objeto de intervenção do Assistente Social. Esse processo produziu uma reaproximação da área, dando sentido ao trabalho profissional e a necessidade de produções do Serviço Social voltadas ao tema. E foi precisamente ao ingressar no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social que o desejo de pesquisar surgiu e os questionamentos tomaram corpo.

Olhando para trás, a ideia de transformar a realidade desde o princípio estava vinculada ao desenvolvimento de processos de formação política que não se materializavam pela dificuldade de transversalizá-los no cotidiano de trabalho. Atualmente, as utopias ganham novo relevo e o desejo incomensurável de transformar o mundo torna-se palpável pela via de ações emancipatórias e democráticas vinculadas ao exercício de processos educativos de caráter político articulados ao movimento desencadeador da participação e organização social. Essa forma de ver e experienciar o exercício profissional é que dá sentido à atuação profissional e à própria vida da trabalhadora porque se realiza em seu trabalho.

Considerando-se que a trajetória de formação e o exercício profissional estavam atrelados aos processos de militância política, os questionamentos em torno do tema da formação política fizeram brotar a ideia de investigação voltada aos movimentos sociais. Por isso se escolheu o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) como espaço para a investigação. O projeto aprovado no âmbito acadêmico da Universidade delimitou-se em

[...] investigar de que forma se desenvolvem os processos de formação política junto a ENFF (em sua sede na cidade de Guararema/SP) no primeiro semestre de 2014, vinculada ao MST, compreendendo de que maneira os mesmos influenciam na inserção e no desenvolvimento da participação e organização social dos sujeitos (COSTA, 2014, p.12).

Para tanto, visitou-se a Escola Nacional Florestan Fernandes do MST, em 2013, para apresentar o projeto de pesquisa e conseguir, junto às lideranças, adequá-lo às limitações institucionais, pois a organização precisa manter sigilo sobre parte de suas atividades. Nessa visita foram feitas as adequações necessárias ao projeto, realizando-se uma visita guiada pela Escola, além do recebimento de materiais e orientações acerca do seu funcionamento. Naquela oportunidade informou-se sobre a necessidade de formalização da pesquisa através de uma Carta de Aceite por parte da organização, combinando quem seria a pessoa responsável pelo seu encaminhamento. Depois da visita foi encaminhada a última versão do projeto, ao final do ano de 2013, e solicitou-se a referida Carta. Desde então foram feitas tentativas consecutivas de contato com a pessoa responsável e com outros membros da direção da organização que, em três oportunidades distintas, reafirmaram que o projeto de pesquisa estava aprovado pela instituição. Passaram-se meses até que em junho/julho de 2014 a pesquisadora e a orientadora

responsável decidiram não mais dar continuidade a essa investigação dado o seu comprometimento temporal em realizá-la. Até o presente momento não foram feitos contatos por parte do MST. Refletindo-se sobre esse processo não se acredita que tenha havido qualquer problema em torno do projeto de pesquisa, mas a conjuntura política foi desfavorável, pois foi um ano eleitoral e os movimentos sociais viviam intensa militância política e disputa por ver suas demandas representadas no parlamento. Em parte isso pode explicar a falta de retorno por parte da organização.

Por fim, a hora de reformular o projeto de pesquisa se processou não sem dor, considerando-se que articular o debate teórico e a vivência do movimento social agregava valor e sentido à proposta. Porém, esse repensar do direcionamento dado ao projeto gerou um ganho enorme com a possibilidade de aprofundar o debate no âmbito do Serviço Social. A opção foi por pesquisar as produções no âmbito do Serviço Social vinculadas ao tema, sem que isso apresentasse uma quebra ou desgaste aos questionamentos levantados. Os objetivos específicos reformulados do projeto são:

- Identificar as produções que embasam teórico-metodologicamente o Serviço Social a fim de refletir sobre sua relação com o tema da formação política.
- Identificar nas produções em que espaços de trabalho o Assistente Social evidencia o debate sobre formação política.
- Problematizar a concepção dos processos educativos de participação e organização social mediados nos relatos de intervenção.

Ainda que os objetivos e questões norteadoras tenham sido alterados, foram mantidas as indagações que mobilizam a pesquisa com o tema na perspectiva de agregar discussões em torno do Serviço Social, direcionando-o. Pelo fato de não haver a possibilidade de estudar um espaço educativo voltado à formação política, a proposta direciona-se, portanto, a refletir sobre o exercício profissional enquanto espaço privilegiado para o desenvolvimento do processo de formação política, problematizando o contexto mais amplo e identificando estratégias. E o problema de pesquisa ficou assim constituído: “de que maneira as produções do Serviço Social, dissertações e teses, têm tratado o tema da formação política?”. As questões

norteadoras que dão base para a construção desses objetivos e auxiliam a responder o problema são as que seguem:

- Quais os fundamentos que dão base às categorias participação e organização social que conformam o conceito de formação política nas produções do Serviço Social?
- Quais os autores que fundamentam teoricamente as produções relacionadas ao tema da formação política?
- Como o processo de formação política aparece nas produções acerca do trabalho do Assistente Social?

O redirecionamento do projeto de pesquisa, no entanto, trouxe ganhos para a pesquisadora no sentido de reafirmar sua vinculação com o Serviço Social, no compromisso com a transformação social e com a construção de estratégias de resistência. Isso vai se comprovar ao final desta dissertação cujo produto são novas indagações acerca do Serviço Social que consolidam essa retomada da identidade profissional pela pesquisadora.

No processo de investigação utiliza-se o método dialético crítico para desvendar a realidade, buscando-se, através da historicidade, contradições e mediações para que seja possível ver além das aparências, chegando-se à totalidade social, porém, reconhecendo-a no seu movimento dinâmico e, portanto, nunca acabada, mas em constante transformação. Esse método reconhece que nenhum fenômeno pode ser analisado fora de seu contexto, porque o determina inevitavelmente. Portanto, este estudo compreende uma pesquisa de enfoque misto, em que os dados quantitativos e qualitativos dialogam e se interpenetram, favorecendo a análise. A pesquisa é documental, utilizando-se como fonte os arquivos públicos para coleta de documentos oficiais, visando à exploração do material coletado utilizando a metodologia de análise de conteúdo. Ainda é preciso ressaltar o necessário cuidado com os preceitos éticos, ao longo da pesquisa, evidenciando maior preocupação com a coleta e análise dos dados e das informações acessadas para que a interpretação não manipule os dados, mas ao contrário os apresente e dialogue com eles.

A pesquisa se realizou através de levantamento no Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) vinculada

ao Ministério da Educação, a qual mantém todas as dissertações de mestrado e teses de doutorado produzidas na pós-graduação no país. Atualmente, conta com as produções defendidas nos anos de 2011 e 2012, sendo que produções anteriores serão introduzidas aos poucos, conforme informa o site para pesquisa no Banco de Teses. Embora a análise de produções no período de dois anos seja incipiente para algumas generalizações, o ano em que foram produzidas revelam os aspectos da produção atual, indicando o caminho de investigação que o Serviço Social vem tomando no país. Os resultados da busca oferecem registro contendo: autor, título, data da defesa, tipo de produção, instituição de ensino, biblioteca depositária, *e-mail* do autor, nome do orientador, banca examinadora, palavras-chave, resumo, agência financiadora do autor do estudo, área de conhecimento, áreas afins, linha de pesquisa e descrição da linha de pesquisa. Parte dessas informações, às vezes, está indisponível e vem com um lembrete que requisita ao autor sua complementação.

Nesse processo investigativo delimitam-se as informações em: autor, título, ano de defesa, tipo de produção, palavras-chave, resumo, área de conhecimento e linha de pesquisa. Buscou-se trabalhar com um leque de áreas, entendidas como áreas com afinidade com o tema. A escolha foi feita com base em leituras prévias de diversas bibliografias que permitiram identificar as áreas com maior produção sobre o tema ou nas suas categorias fundamentais. Dessa forma, deliberou-se por buscar os dados no Banco de Teses da CAPES, estabelecendo-se como recorte as seguintes áreas do conhecimento: serviço social, sociologia, psicologia, educação, ciência política, sociais e humanidades. Com essa delimitação, o Banco de Teses ofereceu 204 registros em que aparecem sete registros da psicologia, 18 das sociais e humanidades, 19 da ciência política, 36 do serviço social, 54 da sociologia e 70 da educação. Dessas produções, 93 foram defendidas no ano de 2011, e 111 no ano de 2012. Na coleta de dados apareceram outros 201 registros de outras áreas, dos quais não foi feita leitura total, mas a leitura superficial de alguns revelou interesse pelo fato de o tema se relacionar intimamente com a formação política, também estando presente temas diversos que não se relacionavam diretamente com as categorias ou que vieram da busca pela categoria controle social. As áreas do conhecimento que apareceram foram: administração, antropologia, arquitetura, ciência da informação, ciências ambientais, ciências contábeis, comunicação, direito (público), economia, educação (de adultos, física), enfermagem (de saúde pública),

engenharia (civil, mecânica, tecnologia/gestão), ensino (de ciências e matemática, profissionalização), extensão rural, filosofia, fisioterapia e terapia ocupacional, geografia (regional), história (Brasil), letras, literatura, meio ambiente, música, planejamento urbano regional, psicologia experimental, recursos pesqueiros e engenharia da pesca, relações internacionais, saúde (coletiva, biológicas, públicas), teologia, teoria do direito, tratamento e prevenção psicológica.

A busca, então, visou a presença da expressão exata das categorias associadas à formação política no título e nas palavras-chave separadamente, ou seja, não havendo obrigatoriedade de aparecer concomitantemente em ambos. Inicialmente, incluiu-se a busca nos resumos, e identificou-se o alto número de registros encontrados. A partir de uma leitura preliminar de alguns resumos evidenciou-se que não discutiam as categorias, elas apareciam como parte das explicações dos temas, sem que ganhassem centralidade ou relevância na temática. Nas categorias compostas por mais de uma palavra encontrou-se outra questão: a presença individual das palavras. Ainda que o banco de teses forneça a possibilidade de fazer busca pela palavra exata, constatou-se que tal recurso era falho ao não apresentar a totalidade dos registros com esse recorte, testado em mais de uma categoria. Dessa forma, limitaram-se as palavras-chave e título por representarem elementos que visavam apresentar a centralidade do debate promovido na produção.

A produção acerca do tema da formação política não é consensual e, na maioria das obras consultadas, aparecem categorias explicativas associadas a um movimento que articula processos educativos, participação e organização social. As categorias explicativas encontradas estavam articuladas e ofereciam a possibilidade de apreensão da conjuntura em torno do tema: a consciência (política), conscientização, cultura (política), educação (política, popular, social), participação (política, popular, social), politização e organização (social, política, popular). Além desta, a busca também se realizou com a própria formação política, enquanto categoria. No início da análise dos dados, mais propriamente dos registros do Serviço Social, ficou evidente a vinculação das categorias com o controle social, ensejando nova busca no banco de dados com a categoria empírica que emergiu na coleta de dados.

Entendendo que os dados emergem da realidade e que para ela devem se voltar é que a reflexão e a interpretação dos mesmos deve estar articulada a todo o

debate a que se propõe nesta dissertação. A mediação desses dados será feita em três capítulos, separados como forma pedagógica de apresentação e organização do pensamento, porém de maneira alguma construídos como fragmentos possíveis de serem compreendidos em sua totalidade sem que estejam articulados. O primeiro capítulo intitulado “Luta de Classes e Relações Sociais no Capitalismo” visa inserir elementos da formação socio-histórica do Brasil, permeados pela sua localização como país membro da América Latina e situando as influências sofridas na relação com os demais países. Essa análise não toma o capitalismo como “ponta pé inicial” por identificar que elementos significativos vinculados à cultura já se apresentavam e consolidavam antes de o sistema capitalista tomar vigência no Brasil. Não é foco desta dissertação historicizar a formação social, política, econômica e cultural do Brasil, mas compreender a realidade social com a qual essa formação se defronta na atualidade, principalmente voltada aos trabalhadores sociais, com ênfase nos Assistentes Sociais. E dado seu objetivo de intervenção, se faz necessário lançar alguns elementos. Assim, considerando-se a apropriação desses elementos, toma-se a alienação como categoria central para o desvendamento das relações sociais processadas na luta de classes no capitalismo. Entende-se que, à medida que se compreende as artimanhas da alienação, se torna possível encontrar estratégias de rompimento com a mesma, considerando-o não um movimento estanque, mas processual que exige superações constantes. Se a formação política pressupõe um processo educativo que visa a participação e a organização social, as rupturas sistemáticas com a alienação vão significar, ao mesmo tempo, um facilitador para esses processos e também uma finalidade no seu desenvolvimento. É a evidencia de que não é possível superar a alienação sem superar o próprio capitalismo, dada sua dinâmica que continuamente constrói novas estratégias, se apropriando dos processos sociais para a perpetuação da dominação. Portanto, buscar seu rompimento não é tarefa estanque; pressupõe acompanhar o movimento dinâmico da realidade, reinterpretando e ressignificando suas estratégias para dar conta dos enfrentamentos necessários e urgentes.

O próximo capítulo intitulado de “O Serviço Social no interior da Luta de Classes” almeja situar o surgimento e a legitimação da profissão, compreendendo seu significado social e identidade. Para tanto, lança-se mão de alguns momentos singulares no desenvolvimento da profissão que revelam a passagem da identidade e significado social pela tensão gerada entre os diversos atores que demandam ao

Serviço Social, exigindo uma posição frente à luta de classes e o movimento geral da sociedade. Essa luta é evidenciada também pelas disputas em torno do Projeto Ético-Político, apresentando sua vinculação a um projeto societário mais amplo, de cunho emancipatório e democrático, que requer a tomada de posição política por parte da categoria profissional. Dado o caráter hegemônico de tal projeto, este se materializa na Lei de Regulamentação, Código de Ética e nas Diretrizes Curriculares que conferem claramente a direção social e política construída coletivamente pelos Assistentes Sociais. Ainda no segundo subcapítulo, alguns dados da pesquisa já são apresentados relacionando o trabalho do Assistente Social a partir das produções frente a esse cenário.

No último capítulo, mas não menos importante, se intitula “Processos de Formação Política: uma contribuição ao trabalho do Assistente Social”, inserem-se reflexões em torno da categoria formação política, propondo-se a construir um conceito que articule todas as categorias que vêm sendo utilizadas para explicá-lo. Não só neste capítulo, mas ao longo da dissertação, o conceito de formação política vai se construindo, ao passo que se estabelece dentro de um referencial teórico, político e ideológico preciso, qual seja, a dialética marxista. Essa apreensão do conceito se remete à formação política crítica, que se diferencia por ser um processo social orientado por uma cultura política, calcada em valores que afirmam a democracia e os direitos humanos a partir dos processos de participação, organização e educação; preconiza uma participação pautada no acesso à informação, na leitura crítica do real e na autonomia para tomada de decisões, exigindo a defesa de uma educação autêntica que instigue o ímpeto criador ontológico do ser humano, em uma perspectiva transformadora. Também se relaciona ao cenário social colocado aos profissionais de Serviço Social, mediando, para tanto, a formação política como estratégia de resistência a se filiar ao Projeto Ético-Político hegemônico. Os processos de formação política não são exclusividade dos Assistentes Sociais e, como tal, não podem ser concebidos, tampouco interpretados dessa forma. Todavia, os dados analisados e apresentados no segundo subcapítulo contém elementos importantes para se refletir sobre o trabalho do Assistente Social vinculado aos processos de formação política.

Por fim, chega-se às Considerações Finais, em que é possível inserir, de forma articulada, o debate realizado na dissertação, com o intuito de superar a fragmentação dos capítulos, ainda que estes jamais possam ser compreendidos

descolados, apenas representando uma formatação de caráter pedagógico. Nesse momento, estabelece-se um diálogo com os dados para além de sua interpretação, com os desafios e as possibilidades de o Serviço Social desenvolver os processos de formação política no trabalho profissional. Lançam-se mais indagações e questionamentos que traduzem o caráter inacabado do conhecimento e da própria apreensão da realidade, podendo trazer as motivações que exaltam, nesse ponto final, um ponto de partida.

2 LUTA DE CLASSE E RELAÇÕES SOCIAIS NO CAPITALISMO

O desvendamento da realidade a partir da formação socio-histórica do Brasil, que fundamenta esse segundo capítulo, implica o reconhecimento das determinações sociais, políticas, culturais e econômicas em que se insere o processo de formação política. É preciso andar pela história para compreender o surgimento do capitalismo, o agravamento da desigualdade social e da pobreza, e a intensificação da exploração e da opressão vivida pelos sujeitos dominados pelo poderio econômico. A deliberação da categoria alienação como fio condutor de análise dos condicionantes sociais não acontece ao acaso, mas compõe um caminho em que esta categoria emerge, dando sentido ao conjunto das reflexões. A análise de conjuntura é sempre parcial, mas isso só reforça a necessidade de aprimorar a capacidade de interpretação dos fenômenos.

2.1 ELEMENTOS DA FORMAÇÃO SOCIO-HISTÓRICA DO BRASIL

O Brasil não é uma ilha, tampouco pode ser analisado unicamente sob a ótica de país compreendido na América Latina, pois tem particularidades em sua formação que o distinguem dos demais países da região. É preciso diferenciar um traço importante na formação dos países da América Latina: a maioria deles foi colonizada pelos espanhóis, enquanto o Brasil foi colonizado pelos portugueses. Duas características são peculiares a esses povos (espanhóis e portugueses) e se fizeram presentes no processo histórico que marca o estabelecimento das relações entre as classes dominantes e dominadas: a vontade de mandar e a “disponibilidade” para obedecer às ordens. Diferente dos espanhóis que buscavam fazer dos países-colônia uma extensão do seu, os portugueses viam, no Brasil, apenas um lugar de passagem para exploração comercial, e nele buscavam recriar suas origens porque existia vasta terra fértil, e assim transformaram a propriedade rural em unidade de produção, extraindo suas riquezas naturais. Os portugueses trouxeram ao Brasil a proposta de uma civilização rural, estabelecendo uma colonização compulsória, ou seja, uma sociedade colonial baseada na produção rural. Efetivaram um processo de adestramento dos indígenas com a catequização, mas sofreram um processo de resistência muito grande. Dessa forma, recorreram aos negros africanos escravizados que representaram fator obrigatório para o

desenvolvimento dos latifúndios coloniais, à época com a produção do açúcar através do cultivo da cana-de-açúcar. A primeira vez que Portugal fez uma intervenção maior na administração do Brasil foi em função da extração de ouro e diamantes, em Minas Gerais, que estava atraindo interessados de dentro e fora do país, mas essa intervenção não teve caráter para a consolidação de algo permanente na colônia, mas para garantir que tudo fosse extraído para Portugal, sem que outros países pudessem aproveitar a descoberta (HOLANDA, 2013).

A relação entre nobres e plebeus era de intimidade, inclusive pelas relações de trabalho, revelando uma “solidariedade” baseada apenas no sentimento, no afeto. As relações estabelecidas obedeciam à ordem hierárquica, contudo, existia uma crítica à hereditariedade, conformando uma ideia de hierarquia, em que prevalecia o privilégio pessoal acima da hereditariedade. Constituiu-se como uma sociedade personalista, na qual os vínculos pessoais se tornaram decisivos, com uma acentuação ao afetivo, passional e irracional, e, em contrapartida, pareciam estagnadas as qualidades vinculadas à organização, disciplina e razão, o que se chocava com um país em vias de se organizar politicamente. Na monarquia, os fazendeiros escravocratas tinham em seus filhos os comandantes da política que garantiam a estabilidade do domínio. Os proprietários rurais detinham toda autoridade para exercer seu domínio sobre suas terras. O engenho era um organismo completo que se bastava, o que era reforçado pelo princípio da autoridade estar mais consolidado na esfera doméstica. O pátrio poder era ilimitado e se estendia aos indivíduos mesmo fora da esfera doméstica. Logo, demonstrava uma sociedade fundada na supervalorização da esfera privada que precedeu a pública, nos laços de afeto, o que marcava a organização da vida em sociedade, seja na vida pública ou nas diversas atividades realizadas pelos indivíduos (HOLANDA, 2013).

Assim, as ideias de poder, respeitabilidade, obediência e coesão vinham da família colonial. Essa perspectiva tomou conta da vida social, naturalizando que os sentimentos e valores cultivados no espaço doméstico invadissem a arena pública, traduzindo-se em uma invasão do Estado pela família. A família patriarcal dava o ritmo da relação entre governantes e governados, conformando os princípios que regiam a política brasileira. Dessa forma, a política brasileira foi se desenvolvendo com fortes raízes nos domínios agrários de descendência portuguesa, tendo a organização administrativa no império e no período republicano com representantes

vinculados ao sistema senhorial. O Estado não era uma ampliação do círculo familiar, tampouco podia expressar-se pelo agrupamento de vontades particulares. A formação no seio da família patriarcal fez com que houvesse dificuldade em separar o público do privado, aparecendo uma concepção de gestão política como interesse privado, em que os representantes eram escolhidos pela confiança pessoal e não por critérios de capacidade (HOLANDA, 2013).

Com o declínio da atividade rural e o crescimento dos centros urbanos, os senhores de engenho se transportaram para as cidades, carregando consigo os valores, princípios, preconceitos, ou seja, levaram a mentalidade construída e cultivada no campo. O culto à qualidade da inteligência vai desenhar uma sociedade aristocrática e patriarcal, na qual os indivíduos têm a necessidade de se diferenciarem por atributos intransferíveis que lhe confirmam autoridade e poder, substituindo o que antigamente era determinado pela nobreza do sangue, a hereditariedade. As teorias modernas buscavam separar os indivíduos da esfera doméstica, preparando-os para a vida prática, o que se materializou a partir da saída dos jovens do seio familiar, formando homens públicos (HOLANDA, 2013).

Um importante momento foi a atividade cafeeira que mobilizou a utilização dos recursos mais abundantes no Brasil, no início do séc. XIX, terras e mão de obra. Encerrado o ciclo do ouro, o café passou a tomar conta da produção brasileira, e até o meio do séc. XIX se tornou o produto mais exportado, o que foi possibilitado pela conjuntura nacional e internacional. A relevância do café brasileiro no mercado mundial crescia e na mesma proporção cresciam as atividades manufatureiras que logo dariam espaço para as fábricas de tecido e de outros produtos necessários ao consumo a partir da produção cafeeira no início do séc. XX. Portanto, as necessidades da produção do café, vinculadas à ampliação da atividade manufatureira de mercadorias de consumo e de produção, contribuíram para o desenvolvimento da industrialização no país, mas cabe ressaltar que, para tanto, foi preciso, antes de mais nada, de um largo contingente de mão de obra disponível e de capitais que possibilitassem a acumulação. Esse último cenário se estabeleceu não somente pela liberalização da mão-de-obra escrava como também pelas migrações (internas e externas), e os capitais acumulados e transferidos às indústrias eram provenientes da própria produção do café via sistema bancário. Assim, a economia baseada na atividade cafeeira requereu o desenvolvimento de atividades manufaturadas mais complexas, introduzindo alterações de um

capitalismo primário-exportador para um capitalismo industrial voltado ao mercado interno (REIS, 2007).

Cabe ressaltar que a liberdade inaugurou o capitalismo, com a abolição da escravidão, estabeleceu uma base para a transformação social para a contemporaneidade, garantindo a existência de todos os fatores de produção requeridos pelo capitalismo, quais sejam, o capital, os recursos naturais e a força de trabalho livre e assalariada. O fim da escravidão deixou um conjunto de trabalhadores negros disponíveis no mercado como mão de obra livre e pauperizada. Isso porque até então os negros sobreviviam das atividades de subsistência que podiam empreender nas “horas vagas” permitidas pelos seus proprietários. A “liberdade” dos negros significou, economicamente, dois ganhos: primeiro eles se dedicariam exclusivamente a sua atividade principal, pois não teriam mais condições de desenvolver suas atividades de subsistência nas chamadas horas vagas; segundo, eles passariam a consumir no mercado para atender a suas necessidades de subsistência. Dessa forma, o fim da escravidão, ainda que tenha sido um ganho em termos dos direitos básicos humanos, foi uma estratégia econômica que permitiu, de forma perversa, acentuar o processo de exploração da mão de obra, além de aquecer o mercado interno pela ampliação da população que, então, começou a consumir mais ativamente no mercado. A concretização do capitalismo consolidou a expansão das desigualdades sociais, considerando-se que o Brasil já vivia expressiva desigualdade e exclusão, exaltada pela passagem dos trabalhadores negros das senzalas para a constituição das favelas. Assim, um elemento fundamental que apareceu com o capitalismo foram as relações sociais, e esse foi um tipo específico de relação que passou a ser instituída entre o capital e o trabalho.

Situando o Brasil no cenário mundial, a crise de 1929, somada à superprodução da atividade cafeeira, fez com que se acelerasse o processo de industrialização no país. Tal crise teve caráter conjuntural, o que significa que a reversão das taxas de lucro estava ao alcance das políticas públicas, por isso o Estado e governos foram chamados a dar respostas para tanto. Logo, o governo se endividou no exterior e fez novas emissões de moeda, provocando a inflação para conter a diminuição das exportações e, com isso, manter a renda no mercado interno. Desse modo, diluía os prejuízos com o conjunto da população e garantia o processo de acumulação das classes dominantes agroexportadoras, o que

demonstrava o poder das crises do capitalismo no desenvolvimento de novas formas de exploração e, por conseguinte, de acumulação de riquezas, com forte braço estatal em sua promoção. O café, portanto, esteve na base do processo de industrialização, igualmente atento ao aquecimento do mercado interno. Pode-se dizer que a dinâmica da economia brasileira foi forjada no mercado mundial, tendo no Estado sua mola propulsora de incentivos e proteção ao processo de acumulação.

Frente a esse panorama, a acumulação propiciada pela industrialização cresceu continuamente. A produção de base taylorista e, posteriormente, incrementada pelo fordismo separava as funções de planejamento e execução, dividindo o processo de produção tanto quanto separava o trabalhador do produto por ele produzido. Esse crescimento foi favorecido pela constituição do núcleo urbano organizado em torno das atividades manufatureiras e dos serviços necessários à comercialização e exportação do café, e de políticas governamentais de incentivo e estabilização da crise. Essa crise promovida, em parte, pelo mercado externo que causava a diminuição do preço do café, afetando a exportação, e, de outro, pelo excesso da produção local que não dava conta de consumir, fez com que o governo interviesse a favor das classes dominantes agroexportadores a fim de garantir a continuidade da acumulação propiciada pela produção cafeeira. Esse cenário propiciou a desvalorização da moeda, à época, o cruzeiro, fazendo com que houvesse um estímulo estatal para a manutenção da atividade econômica centrada na produção do café, pois assim se mantinham os empregos (com pagamento de salários e o consumo interno) e a aquisição dos meios de produção. Com isso, todas as áreas da economia interna brasileira eram estimuladas.

Esse processo de constituição dos núcleos urbanos se consolidou na década de 1930, com um intenso êxodo rural de grandes contingentes populacionais em busca de trabalho, que mais tarde não conseguiriam ser absorvidos, em sua totalidade, criando uma massa sobrança. Esse cenário evidencia o conflito de classes a partir da organização dos trabalhadores, buscando melhores condições de trabalho. Esse processo preservou aspectos do conservadorismo e do adestramento social, promovendo a cooptação de lideranças para reduzir seu protagonismo nas lutas sociais e na criação de consensos estratégicos. A política social emergiu em meio a essas transformações articulada à luta e à reivindicação dos trabalhadores

organizados e absorvida por governos populistas que buscavam passivizar a acumulação de riqueza.

Na ditadura militar, a partir de 1964, a política social foi utilizada como forma de compensação pelo cerceamento aos direitos civis e políticos. Enquanto que nos países capitalistas centrais as políticas sociais surgiam das democracias burguesas, no Brasil elas se solidificaram na ditadura militar, tendo, até então, papel marginal voltado ao progresso (educação como preparação de recursos humanos para empresas estrangeiras). Nesse período, deu-se continuidade à industrialização desenvolvimentista devido ao aquecimento econômico internacional. Não é possível deixar de mencionar os processos vividos na ditadura militar, quando inúmeras pessoas foram torturadas, mortas e exiladas devido à repressão instaurada por esse regime político. Uma das diferenças do Brasil em relação às demais ditaduras da América Latina é que essas se estabeleceram a partir de 1970, tendo que conviver com o período de recessão econômica que se iniciava.

A partir dessa década se evidenciou o início de uma nova crise no padrão de acumulação do capitalismo, desta vez de base estrutural. Isso porque requereu alterações na base produtiva, estabelecendo, para a elevação das taxas de lucro, a reestruturação produtiva, a qual marcou um processo de flexibilização da gestão da força de trabalho no marco do toyotismo, requerendo um trabalhador multifuncional. Logo,

[...] a saída da crise – sempre invocada como um processo natural, a exigir respostas práticas – estaria na redução dos custos, por meio da flexibilização das relações contratuais de trabalho, retirando-se o Estado da regulação destas relações, inclusive no que se refere à questão da proteção social, com a redução dos encargos sociais [...] para a implementação de medidas de natureza claramente regressiva para os trabalhadores seria imprimir derrotas políticas ao seu movimento organizado [...] (BEHRING, 2003, p.214).

Essa etapa vai requerer a revisão de papéis e funções do Estado, passando pela inclusão de tecnologias na produção, intelectualização do trabalho, remuneração por capital intelectual, diferente do momento anterior que remunerava por produção, em uma perspectiva do trabalhador-massa. Os ciclos do capitalismo vão apresentar períodos de esgotamento marcados por crises, então cíclicas, que renovavam os processos de organização do trabalho e gestão do Estado para dar conta da continuidade do processo de acumulação. Tal crise manteve caráter

permanente, promovendo o desemprego estrutural, com o fechamento definitivo de postos de trabalho motivado, em grande parte, pelo avanço tecnológico, sendo deflagrada, no Brasil, em 2008, com amplo processo de demissões em massa. Frente a essa crise o Brasil retoma a produção e exportação de bens primários (commodities) se colocando numa posição de “servidão financeira” (NETTO, 2012). Assim, as transformações nos fundamentos da política social têm raiz na reestruturação do capital amparada na ideologia neoliberal.

Na década de 1980, os militares saíram definitivamente do governo e o Brasil passou pelo processo de abertura política e redemocratização. A tensão entre capital e trabalho introduzida no capitalismo, e agravada em suas crises, trouxe à tona os enfrentamentos dos trabalhadores organizados. Esse potencial de resistência já ocorria com a colonização dos índios através das tentativas de catequização. Um esforço de caráter educativo para subjugar a povo indígena que não obteve êxito total justamente pelas lutas travadas. No capitalismo, esse potencial de resistência que mora no ser humano se constrói politicamente, ensejando a organização dos trabalhadores e de movimentos sociais de cunho reivindicatório. Essas organizações e movimentos se mantêm em luta ainda no período ditatorial. Com a redemocratização do país, diversas iniciativas de educação popular e trabalho de base foram conhecidas, muitas surgiram nesse período, mas outras permaneceram na clandestinidade durante a repressão, sendo publicizadas na abertura política. Essas iniciativas tinham a intencionalidade de ampliar e fortalecer os processos de resistência ao regime antidemocrático, sendo mantidas no processo de revisão da constituição que evidenciou uma verdadeira luta. As mobilizações, enfrentamentos e reivindicações dos movimentos sociais, organizações de trabalhadores e partidos políticos (que se criaram após a abertura política) culminaram em algumas conquistas no campo dos direitos sociais, e sua materialização aconteceu com a Constituição Federal de 1988.

A Carta Magna foi promulgada, guardando a ampliação dos direitos sociais e políticos, a universalização, o compromisso estatal na garantia de sua provisão, a descentralização político-administrativa, a inclusão de canais de participação popular e melhor distribuição de bens e serviços. (IAMAMOTO, 2000). A Constituição Cidadã é, portanto, o marco regulatório das políticas sociais, onde se “[...] previu a participação da sociedade no provimento dos direitos sociais” (PAIVA, 2006, p.9). Isso ocorre paralelamente à difusão do ideário do neoliberalismo que nega tais

conquistas como um princípio de sua fundamentação. A necessidade de reforma do Estado para dar conta da configuração almejada na Constituição se realizou às avessas, por conta disso se operou a denominada contra-reforma, não para garantir os direitos sociais, mas, ao contrário, para fragilizá-los, pois ainda que estivessem garantidos na Constituição para sua promoção efetiva carecia de regulamentação que, em virtude da adoção do referencial neoliberal, sofreu perdas. Portanto, houve mais do que um enfraquecimento de tais direitos, se processou o dismantelamento das conquistas sociais. Então, surgiu um Estado que não garantia direitos, fortalecendo a privatização das instituições públicas e se desresponsabilizando, de forma a acirrar a desigualdade social e a mercantilização dos direitos (BEHRING, 2003).

Com o advento do referencial neoliberal sendo implementado no Brasil houve influência dos organismos internacionais (BIRD, BID, FMI) na concepção de política social, propondo a focalização no desenvolvimento e implementação das políticas, com o argumento de ser racional porque não desperdiçava recursos escassos e democráticos e respeitava individualidades. Essa concepção se amparava na compreensão da pobreza enquanto fenômeno absoluto, desencadeando respostas como a restrição do papel do Estado na proteção social, apelo à solidariedade dos ricos, passagem da responsabilidade pela provisão social para a família e mercado, e entendimento da desigualdade social como efeito natural. A concepção de pobreza vinculada à *vagabundagem* e à *desordem* só pode ser superada a partir da problematização da acumulação, exploração e opressão, ao passo que é na esfera do trabalho coletivo, como produtor de riqueza, que se estabelecem as mediações promotoras dos processos de centralização da riqueza desencadeadores do agravamento da pobreza.

Dessa forma, a concepção da política social disputada na luta constitucional migrou das necessidades humanas para as necessidades do capital. A ideia das necessidades humanas, reivindicadas pela sociedade na luta constitucional vinculava-se ao princípio da universalidade. Isso implica reconhecer como direito universal, portanto, de todos, sem condicionalidade, as necessidades inerentes à condição humana, inclusive o trabalho. Esse princípio vai pautar a política pública enquanto expressão do envolvimento do Estado com as demandas e necessidades sociais conquistadas pelos movimentos sociais democráticos como direitos de cidadania. Já, as necessidades do capital se amparam na passagem do paradigma da

universalização para o combate à pobreza, instituindo como mecanismo de gestão e distribuição de recursos a focalização, privatização e descentralização, como condição necessária para a sobrevivência do capitalismo. Nesse sentido, o mercado assume o papel de regulador da vida social, impondo uma lógica produtivista baseada na competitividade, rentabilidade, sob o signo da eficácia e da eficiência. Nessa perspectiva, o individualismo aparece como eixo norteador da sociabilidade, fragilizando a organização da classe trabalhadora, provocando a desmobilização e criando “apelos morais à solidariedade, na contraface da crescente degradação das condições de vida das grandes maiorias” (IAMAMOTO, 2000 p.48).

O neoliberalismo, ao propor um mínimo de ações, relega ao Estado o papel complementar na execução das políticas públicas, determinando que os sujeitos busquem sanar suas necessidades pela via do mercado, da família ou da comunidade. Reforça a culpabilização e estabelece a moralização da questão social, que, ao fragmentá-la, não só despolitiza como também enfraquece a organização dos trabalhadores.

O Estado estabelece uma mediação ético-moral entre os indivíduos e a sociedade; com isso, descaracteriza-se aparentemente de suas funções coercitivas, burocráticas, impessoais, para tornar-se um espaço de relações “humanitárias”. Através de um discurso ético universalizante, fragmenta as necessidades das classes trabalhadoras, transforma seus direitos em benefícios do Estado, subordina os indivíduos a várias formas de discriminação, responsabiliza-os pela sua condição social, despolitiza suas lutas, restringe suas escolhas, contribuindo para a reprodução de uma moralidade subalternizada e alienada (BARROCO, 2003, p. 86).

O amplo processo de centralização da riqueza socialmente produzida deflagra o crescimento exponencial das desigualdades, marcando a pobreza como dimensão fundamental no capitalismo. Nesse caminho, a defesa dos pressupostos para o desenvolvimento econômico regido pelo capitalismo defende que as desigualdades sociais são apenas uma etapa necessária, porém, esse argumento se dissolve pelos patamares alcançados de pobreza que expressam a centralização da riqueza nas mãos de um pequeno grupo. Frente a esse cenário não é possível acreditar que o enfrentamento da pobreza e da desigualdade social seja pensado e promovido pelo Estado apenas como indicação e requisição dos organismos sociais, pois ele foi forjado pelos conflitos de classes em que os trabalhadores reivindicam direitos e melhores condições de vida. No Brasil, a base legal que respalda as políticas de enfrentamento à pobreza estão na Constituição Federal que articula,

para além dela, um conjunto de legislações complementares. Entretanto, como evidenciado, as garantias legais não garantem o acesso ao conjunto de bens e serviços que materializam os direitos sociais. Essa compreensão leva à reflexão sobre as possibilidades de materialização da cidadania, que requer o direito para todos, porém se mantendo em âmbito legal ainda sem reconhecer a igualdade em situação econômica e social.

[...] a cidadania fundamenta-se no princípio de que as pessoas são iguais unicamente perante a lei, porque a cidadania consiste em instrumento criado pelo capitalismo para compensar a desigualdade social, isto é, a situação em que alguns acumulam riquezas, propriedades, enquanto outros não. Então, não existe cidadania sem garantia de direitos, sem igualdade jurídica (CASTRO, 1999, p.10).

É possível perceber a mundialização do capital a partir do processo de globalização que expande o processo de acumulação na perspectiva de liberdade do mercado. Essa liberdade não significa ausência da intervenção estatal, ao contrário, requer um Estado forte e orientado para garantir as condições necessárias para que o mercado seja livre. Essas condições estão ligadas a um conjunto de políticas para reprodução da força de trabalho e constituição da sociabilidade capitalista que se encontram definidas pelos organismos internacionais através do Consenso de Washington. É na década de 1990 que se exalta a inserção do neoliberalismo, apresentando sua força e alcance em âmbito internacional. A globalização surge como fenômeno mágico da acessibilidade, inaugurando a era das conexões, do acesso ao conhecimento e à informação. O que fica nas entrelinhas do “contrato” é que o grande mote da globalização se funda no alcance internacional do referencial neoliberal como proposta de intervenção no Estado e na esfera da produção com o marco da acumulação pautada na flexibilização da gestão da força de trabalho. Contraditoriamente, a mundialização do capital não repercutiu na mundialização das lutas sociais e populares como expressão do agravamento da desigualdade social. A partir daí pode-se observar que a política neoliberal se sustenta em quatro pilares básicos: o corte dos gastos sociais; a privatização; a centralização dos gastos sociais públicos com programas seletivos contra a pobreza; e a descentralização (LAURELL, 2002).

A privatização articula todo o processo, passando para a esfera privada as atividades econômicas rentáveis, aumentando a acumulação e mercantilizando o

bem-estar que, juntos, favorecem uma construção político-ideológica de regulação via mercado. Logo, efetivar a privatização é condição para a consolidação da política de viés neoliberal. Para tanto, se faz necessária a criação de demanda para benefícios/serviços privados, fortalecendo a ideia de que os serviços públicos são insuficientes ou de má qualidade, e assim encontra formas estáveis de financiamento dos serviços privados pela retração estatal articulada com incentivos à expansão de tais serviços (LAURELL, 2002). Esse processo contribui para que as pessoas não se apropriem da “coisa” pública. A falta de pertencimento se vincula ao caráter antidemocrático com que muitas vezes se organiza a gestão pública. Aqui se compreende o termo antidemocrático não por sua caracterização formal, mas na perspectiva de que a democracia requer o binômio educação e autonomia para que se materialize a participação com liberdade e através dela se concretize a democracia. A baixa participação da população vai ser referenciada como desinteresse, descontextualizando esse cenário ao passo que reproduz no (in)consciente popular essa separação.

O processo de desregulamentação vem sendo aprofundado, operando como uma modernização para valorizar a sociedade civil, defendendo a sua liberdade da tutela do Estado, entendido como agente opressor que vai afastando as possibilidades de o cidadão apropriar-se dele. Esse discurso abre espaço para a construção ideológica capitalista/neoliberal da defesa de liberdade, cidadania e democracia, porém compreendidas dentro do seu marco regulatório. Uma de suas implicações é que grupos que fazem enfrentamento ao capital vêm propondo o antiestatismo em seus discursos, priorizando-o como uma demanda democrática. Isso provoca a passagem de responsabilidades para a sociedade civil a título de iniciativa autônoma e a diminuição de lutas democráticas dirigidas às instituições estatais. A ampliação assustadora das Organizações Não Governamentais (ONGs) a partir de 1990 é um exemplo disso, contudo, mantêm um caráter contraditório por sua expansão ter se efetivado em um momento de grande desenvolvimento da participação e organização social e popular no interior da luta constitucional, em que aparece como sua expressão. O antiestatismo vai provocar não a politização de novos espaços sociais ou repolitização de espaços abandonados, mas, sim, a despolitização das demandas democráticas.

Nenhum dos governos pós-ditadura rompeu com o neoliberalismo. O que se apresentou foi um desenvolvimento assentado na diminuição da pobreza a partir do

crescimento sustentado. A própria Constituição de 1988 não propunha a superação do capitalismo pelo socialismo, mas a entrada nos processos civilizatórios que é inerente às democracias burguesas. Assim, fica nítido que a política social desenvolvida hoje pode diminuir a extrema pobreza, mas em nada diminui a desigualdade, pois não combate a concentração da riqueza, mantendo-se, assim, um país injusto.

Nessa perspectiva, a proteção social vai ser entendida como intervenção de caráter público para atender aqueles sujeitos ou grupos incapazes de lidar com os riscos e fragilizações para garantia de sua segurança e bem-estar. Vinculando a incapacidade como característica do pobre marginalizado, reforça, mais uma vez, papéis e lugares na sociedade que reiteram as relações sociais estabelecidas no seio do capitalismo. Logo, se configura, nesse ideal, como apoio para quem está na extrema pobreza, reforçando a lógica da ajuda/do favor. Cabe destacar que tais riscos são produzidos no interior do sistema capitalista, como condição necessária ao processo de exploração e concentração de riqueza socialmente produzida. Por isso devem ser discutidas não apenas as consequências da exposição ao risco — pobreza, violência e desemprego —, mas sim, e fundamentalmente, deve-se discutir a construção do risco.

Assim, no âmbito do enfrentamento da “questão social”, a justificativa ideológica do Estado em face das desigualdades e das reivindicações das classes trabalhadoras pode, ao mesmo tempo, responsabilizar os indivíduos e despolitizar suas reivindicações, trazendo sua solução para o campo da moral. [...] os problemas sociais deixam de ser político-econômico para se transformar em “problemas” de ordem moral [...] (BARROCO, 2003, p.88).

Nessa lógica, centra-se a proteção social na formação de “capital humano” como solução para a pobreza. Parte-se da pobreza, como fenômeno intergeracional de reprodução, considerando-se que ao investir em “capital humano”, tendo por base o acesso a serviços de educação/saúde/nutrição, melhora-se a situação das famílias beneficiárias, além de contribuir para que elas encontrem estratégias sustentáveis para superar a pobreza. Esse tipo de análise reforça a culpabilização dos sujeitos/família pela condição de pobreza, descaracterizando o sistema capitalista excludente que é incapaz de oferecer trabalho e renda ao conjunto da população, porque se mantém da exploração e da desigualdade social. Essa percepção do fenômeno indica a incompetência do trabalhador pauperizado como

debilidade para se qualificar intelectual ou operacionalmente. O sujeito posto contra parede se vê sozinho e alienado, e sem compreender a impossibilidade de alocação laboral de todos acaba soterrado em baixa autoestima, se imobilizando para os enfrentamentos, pois crê que seu maior inimigo é ele próprio.

Por fim, essas reflexões possibilitam levantar alguns elementos da formação socio-histórica do Brasil, pautados na organização e constituição da cultura política, e que oferecem subsídios para a compreensão do momento atual. Fica evidente que se refletir sobre o capitalismo na contemporaneidade não pode se restringir a uma análise temporal ou somente econômica. Compreender os pressupostos que possibilitam o surgimento do capitalismo, situado mundialmente, deve passar pelas particularidades de seu desenvolvimento no Brasil.

O lugar atribuído aos índios e negros que inicia no desenvolvimento de colonização se intensifica na passagem para o capitalismo. Os elementos e saberes da cultura indígena e quilombola sofreram amplo processo de rejeição e, inclusive, repressão. Essa caracterização não se restringe a esses grupos, mas são tomados como exemplo por serem os primeiros grupos populares a sofrerem opressão. Esses grupos se somam aos imigrantes e demais populações, formando nosso contingente de trabalhadores em sua heterogeneidade, mas que carregam em si singularidades do papel e do lugar social que lhes foi relegado. Os impactos podem ser sentidos e observados pela vinculação do “pobre” à *vagabundagem*, à marginalidade e à criminalidade. Nas escolas, ainda que haja legislação própria para promoção da cultura popular, permanece a mobilização, disseminação e comemoração de datas como *Halloween* em detrimento do Dia do Índio ou de Zumbi dos Palmares, que fazem parte da história do Brasil e deveriam ser cultuados como heróis em nossa cultura popular como símbolos de resistência.

Igualmente, os traços personalistas que valorizam os vínculos pessoais prevalecem, tornando-se evidente essas características, por exemplo, no processo eleitoral, quando o voto passa a ser dado a pessoas, independente dos partidos. Essas questões ainda se relacionam com a invasão do Estado pela família que cultivou a primazia dos interesses privados na administração pública. Com a consolidação do capitalismo e a luta de classes, as relações sociais se estabelecem, criando consensos e mantendo como evolução o adestramento outrora exercido, sendo cooptadas lideranças ou, ainda, mortas/exiladas. Esses consensos são estratégicos para manter uma aceitação do sistema capitalista na sociedade. A

produção cultural de justificação e legitimação é feita reunindo aspectos de ordem econômica, política e social. As necessidades humanas são subjugadas pelas do capital, produzindo e reforçando uma lógica de competitividade, individualismo e meritocracia.

Nesse sentido, o trabalho toma centralidade para a compreensão desses fenômenos. A incapacidade do capitalismo de garantir trabalho para todos vai tomando corpo à medida que se aglutinam os desempregados que, nos primórdios, são considerados o “exército industrial de reserva”. Os desempregados se transformam em um número mágico capaz de amedrontar os trabalhadores, inibir suas lutas populares pela insegurança de seus empregos. Esse cenário é tão familiar porque todos trabalhadores na contemporaneidade vivem tal insegurança, veem em seus pares adversários competindo por uma vaga de emprego. Não é a mesma coisa, não há mais aquele exército, há uma massa de sobrantes, o que é muito pior. Resta comprovado que o capitalismo não só é incapaz, como nunca pretendeu redistribuir riqueza. Sua competência em produzir pobreza e desigualdade é tão assustadora e ao mesmo tempo tão poderosa que afeta os trabalhadores objetiva e subjetivamente, influenciando a compreensão de mundo e as possibilidades de organização da resistência classista. Marx já elucidava esse cenário ao discorrer sobre a Lei Geral da Acumulação Capitalista, em que mais desenvolvimento capitalista é igual a mais pobreza e desigualdade social.

Por fim, é possível afirmar que muitas das críticas que se faz, hoje, ao sistema político estão enraizadas na formação política, econômica, social e cultural do Brasil desde seu processo de colonização. Assim, se evidenciam as dificuldades em realizar alterações mais profundas na sociedade brasileira, pois a base para a realização desse processo não está somente na formação da política brasileira, mas na formação da sociedade em todas as esferas da vida social.

2.2 ENFRENTAMENTO DA ALIENAÇÃO COMO RUPTURA NA FÁBRICA DE CONSENSOS

Considerando-se os aspectos históricos, econômicos, políticos, culturais e sociais fica evidente que a categoria trabalho é central para a análise e intervenção na realidade social. O trabalho define as relações sociais à medida que se confronta com o capital, e desse conflito se estabelecem, não ao acaso e sim

estrategicamente, os lugares e papéis na sociedade. Nessa perspectiva, a alienação do trabalho é referenciada como fio condutor da compreensão da formação político-social promovida no capitalismo. Para compreendê-la é preciso reconhecer a dinâmica da sociedade na vigência capitalista, centrando o olhar na divisão de classes e na mercantilização do trabalho e da própria vida do homem. Partindo das determinações sociais do processo de competição, divisão do trabalho, da relação entre lucro e salário, etc., demonstra-se a intencionalidade de considerar esse processo acidental, influenciado por condições externas, enquanto ocorre, de fato, como necessário ao acúmulo de capital e à manutenção da desigualdade social. Dessa forma, esse processo posiciona-se como argumento para a culpabilização dos sujeitos e banaliza e naturaliza a questão social.

A mercantilização do trabalho e do próprio trabalhador se vincula ao processo de produção, pois quanto mais produz riqueza, mais barato é seu trabalho, sua mão de obra, e mais barato é o valor necessário para a produção dos bens, ou seja, quanto mais o trabalhador produz mais pobre fica. Assim, o produto do trabalho realizado pelo homem é o próprio trabalho depositado em um objeto que, portanto, é coisificado, tornado material, físico. É nessa perspectiva que Marx trabalha a objetificação do trabalho.

A perversão está ligada à alienação ao ponto que o trabalhador se corrompe de tal forma que não consegue satisfazer suas necessidades mais vitais, e, ao mesmo tempo, fica cada vez mais afastado do objeto no qual deposita sua força de trabalho. Assim, o mundo dos objetos se torna poderoso quanto mais o trabalhador se desgasta para realizar seu trabalho, pois põe a sua vida nele, logo, estabelece a relação de estranhamento frente ao objeto do seu trabalho. Reconhece que ao incorporar o seu trabalho e vida ao objeto este não mais lhe pertence, por isso mais trabalho depositado gera mais poder ao objeto que, por sua vez, gera menos pertencimento do sujeito trabalhador a si próprio. Dessa forma, o trabalhador fica dominado pelo produto fim de seu trabalho, o capital, pois a vida que ele deu ao objeto se vira contra ele como uma “força estranha e hostil” (MARX, 1964, p.96).

A alienação do objeto só se constrói pela própria alienação da atividade criadora do trabalhador. Nesse sentido, alienação é,

primeiramente, ser o trabalho externo ao trabalhador, não fazer parte de sua natureza, e, por conseguinte, ele não se realizar em seu trabalho mas negar a si mesmo, ter um sentimento de sofrimento em vez de bem-estar, não

desenvolver livremente suas energias mentais e físicas mas ficar fisicamente exausto e mentalmente deprimido. (MARX, 1964, p.97).

Logo, o trabalho não se apresenta como satisfação de uma necessidade, mas um meio para a satisfação de outras necessidades. A característica criadora do ser humano fica abafada de tal modo que afoga o sujeito até que ele se aliene da própria vida, não situando seu significado e objetivo enquanto resultado do processo de alienação. Por isso, o trabalho vai constituir-se em atividade exteriorizada que não pertence ao trabalhador, tampouco ele próprio pertence a si, mas à outra pessoa. Configura-se, assim, a dominação do trabalho e do trabalhador.

A alienação mostra-se pela transformação da vida da humanidade, enquanto coletivo de seres humanos, em vida individual. Assim, o trabalho, enquanto atividade vital (vida produtiva) aparece como meio de satisfação de outras necessidades para manter sua existência física. Se o trabalho é uma das atividades vitais dos seres humanos, e se toda a atividade vital compõe a própria existência, então o trabalho define a existência do ser humano. O que diferencia os seres humanos dos demais animais é que sua atividade vital se transforma em objeto de vontade e consciência, a própria vida se torna um objeto, fazendo com que a atividade seja livre. Nessa perspectiva, o trabalho alienado faz com que a atividade vital seja apenas um meio para sua existência, corrompendo seu sentido e significação frente ao sujeito autoconsciente (MARX, 1964).

A grande diferença entre o trabalho para o ser humano e para os animais se encontra na existência de uma consciência do homem que requer a identificação de uma finalidade para o seu trabalho antes de realizá-lo. Outra diferenciação é que o humano só consegue desenvolver sua consciência e suas atividades na inter-relação com outros homens. Caso o homem se aliene de sua espécie (humanidade), vai se defrontar com os demais homens de acordo com os padrões e relações em que se situa enquanto trabalhador. Assim, parte-se de que o homem ao se relacionar consigo mesmo o faz através da interação com outros homens. Isso significa reconhecer que, se o objeto é uma forma estranha, poderosa e independente (porque não pertence ao trabalhador), e que a atividade do homem não é livre, há que se compreender que somente outro homem possa ser dono desse objeto, e, portanto, exerce o domínio e a coerção sob o trabalho não livre do trabalhador. Dessa forma, a propriedade privada e o salário mostram-se como uma

consequência do trabalho alienado, mas ao mesmo tempo o meio pelo qual se realiza essa alienação, de forma que se realimentam no processo (MARX, 1964).

Olhando-se por este prisma, as necessidades humanas reivindicadas que alimentaram a luta de classe, ensejada pelos trabalhadores, no início do século XX, no Brasil, pode ser compreendida por duas questões-chave. A primeira, já referida, diz respeito às condições de sobrevivência da população pauperizada e da necessidade de trabalho para todos. A segunda se refere à possibilidade de romper o processo de alienação para visualizar sua condição, perceber o poder e a força colocados nos objetos que petrifica os trabalhadores. Essa possibilidade é o cerne da dinâmica da resistência, pois é a capacidade de olhar para si com consciência, efetivando mediações possibilitadoras de identificação dentro desse contexto e, a partir disso, estabelecer um processo de crítica que mobiliza o indivíduo a buscar a superação de sua condição de passividade. Ressalta-se que esse rompimento é processual e é determinado pelas condições materiais de existência e pelo nível de consciência dos sujeitos frente à realidade.

A alienação que perpassa as várias esferas da vida social contribui para que a totalidade social seja fragmentada em instâncias abstratas, desvinculadas das relações de poder, de classe, de trabalho. Cada uma das esferas sociais subdivide-se em esferas autônomas, aparentemente independentes entre si, cada qual com uma referência de valor [...] (BARROCO, 2003, p.87).

Não só pelo processo de produção e pela reprodução das relações sociais é que se difunde a alienação; conta, também, com o apoio da mídia para massificar a reprodução da ideologia dominante. Contribui, assim, para a promoção de valores ligados ao individualismo e responsabilização dos sujeitos, ao veicular informações cotidianamente que reforçam essa lógica, colaborando para a reprodução de práticas discriminatórias e moralizantes, além da fragmentação da organização coletiva. Portanto, a disputa em torno da manutenção do capitalismo e de sua resistência se efetiva justamente na intervenção dos trabalhadores ao se inserirem no terreno da disputa de projetos societários, por isso cabe a eles construir e reinventar mediações. Esses projetos expressam um conjunto de valores que orientam os objetivos ao mesmo tempo em que influenciam determinados meios para atingir as finalidades. Por terem caráter coletivo esses projetos defendem uma

proposta de sociedade que se expande para o conjunto da população, portanto, pressupõem uma dimensão política.

Trata-se daqueles projetos que apresentam uma imagem de sociedade a ser construída, que reclamam determinados valores para justificá-la e que privilegiam certos meios (materiais e culturais) para concretizá-la [...] (NETTO, 1999, p.93).

Nenhum projeto societário pode ser entendido como pronto ou finalizado, pois se constrói em meio a uma conjuntura dinâmica que se altera. Assim não se pode compreender os projetos societários dentro de uma perspectiva dualista: projeto capitalista e projeto da classe trabalhadora. Isso seria uma visão reducionista, pois é um processo complexo e, por sua dinamicidade, cria particularidades nos diversos países e momentos históricos. É possível perceber que os projetos de caráter conservador têm se apropriado de alguns processos sociais a fim de capturar demandas sociais emergentes.

Em face das reivindicações dos trabalhadores, esse projeto político adquire um significado preciso: trata-se de garantir a reprodução de um sistema moral que assegure a “ordem”, ou seja, que identifique as lutas políticas como indícios de uma “desordem” que deve ser combatida (BARROCO, 2003, p.81).

Isso fica evidente, por exemplo, tomando os discursos apelativos à participação popular. Esse discurso mascarado defende uma contraparticipação que se realiza por práticas educativas de cunho moralizante. Se todos defendem a participação, como saber a que concepção se filia e, portanto, a que projeto maior se vincula? Identifica-se pelo exercício da participação que revela sua concepção ao passo que pode se manifestar como aquela que emancipa e conscientiza, mas também pode alienar e dominar os sujeitos pelo mesmo discurso.

É no plano ético-político que a classe subalterna poderá desenvolver sua capacidade intelectual e moral para historicamente construir um projeto contra-hegemônico. É no exercício sociopolítico, na ação política que se articula experiência e consciência (pensamento estimula a ação e essa realimenta o pensamento), que se exercita e alimenta diferentes formas de pensar, podendo elevar o senso comum a um nível de criticidade e coerência. (LUIZ, 2011, p.94).

Ainda sobre os projetos societários é importante refletir que os grupos que se contrapõem ao capitalismo, e por isso se filiam a um projeto de cunho

emancipatório e democrático, nem sempre convergem nas estratégias. Nesse sentido, há espaço para defesa do socialismo, comunismo ou ainda para grupos que investem nos enfrentamentos e sequer têm um direcionamento nesse sentido. Muitas vezes a dificuldade de unir tais grupos em torno dos pontos convergentes se torna uma barreira ao desenvolvimento da força política de resistência. Ao reconhecer a hegemonia como construção histórica, abre-se espaço para pensar processos de contra-hegemonia, em que a união dos diversos grupos de resistência é fator primordial para o sucesso. A promoção do processo de conscientização que desabrocha a consciência crítica possibilita uma nova visão de mundo, que parte da socialização do poder e da política capazes de enfrentar a ideologia dominante a partir da solidificação de outros valores e princípios. As alternativas que se apresentam trabalham pela via cultural e ético-política capaz de instrumentalizar os sujeitos para a emancipação social. Com isso se evidencia a necessidade de novas formas de desenvolvimento do conhecimento para emancipação como processo social que visa “a repolitização global da vida coletiva na qual as instâncias da vida social sejam consideradas políticas e de produção de poder, e não apenas meios convencionais de política” (LUIZ, 2011: 84). Daí, a importância da socialização do conhecimento e de práticas pedagógicas que se pautem pela democracia para a construção de uma cultura política junto aos grupos sociais, que enfrente o poder e dominação hegemônicos.

No capitalismo, a cultura difundida é a do singular/individual, buscando uma sobreposição para a dimensão de coletivo da sociedade, e não por outra razão vem se processando a construção de novas identidades culturais, estruturando comunidades. Contudo, isso se processa em meio a uma cultura global de impregnação de valores que reforça esses aspectos. A cultura assume a forma de mercadoria e se ampara enquanto cultura do consumo, sensibilizando para uma busca desenfreada de aquisição de bens materiais e ideais, mascarando uma distinção que deveria ser clara entre realidade e representação. O capital mercantiliza e cria necessidades, determinando e controlando o comportamento social, e a partir dessa ideologia a indústria cultural assume a função de produzir atitudes e modos de vida que possibilitem a “manutenção da racionalidade capitalista” (SIMIONATTO, 2009: 96).

Falar de participação é essencialmente falar de condição de participação, pois exige minimamente disposição física e mental e esta é determinada pela

qualidade no acesso à saúde, educação, trabalho, vestuário, alimentação, habitação, etc. O trabalho, dentro da lógica capitalista, impregna a mente pelos valores morais e o corpo pela exploração, levando ambos à exaustão da força de trabalho e do potencial criativo. A questão é que a participação dos sujeitos, ao mesmo tempo em que é determinada pelo acesso a bens e serviços sociais garantidos como direitos, também toma a reivindicação de tal acesso como pauta de sua luta. Depois das primeiras necessidades satisfeitas, o ato de desejar e buscar o atendimento de novas necessidades se mostra como primeiro “ato histórico” (SOUZA, 2004: 83). Nessa concepção, “(...) participar não é apenas estar presente em algo, comparecer, ser um número. Participar é um processo ativo, interativo, que se constrói” (GOHN, 2010: 50). A participação é processo social que se torna expressão da questão social no momento em que promove um movimento de consciência sobre o real por parte dos sujeitos, convocando-os a definir posições e mobilizar atitudes de enfrentamento, sendo assim entendida como:

[...] o próprio processo de criação do homem ao pensar e agir sobre os desafios da natureza e sobre os desafios sociais, nos quais ele próprio está situado. Como tal, é um processo dinâmico e contraditório. O homem é criador por natureza; no entanto, enquanto ser social, nasce num contexto historicamente dado. Encontra em tal contexto um conjunto de relações e instituições que o fazem ocupar posições que independem de decisões próprias, assumindo, inclusive, determinado sistema de pensar e agir. A participação não é uma questão do pobre, do miserável, ou do marginal; é questão a ser refletida e enfrentada por todos os grupos sociais que não chegam a penetrar as decisões que dizem respeito às suas condições básicas de existência. Por esse ângulo, a participação, longe de ser política de reprodução da ordem, é, sobretudo, questão social (SOUZA, 2004, p.81).

Na descoberta dos interesses e preocupações é que o processo de conscientização vai se desenvolvendo, de tal forma que os sujeitos se colocam na posição de educandos e educadores quando reconhecem um saber a ser apreendido e socializado, materializando a passagem de uma consciência individual para a social. Isso implica superação da visão, dos próprios sujeitos, de assumirem a responsabilidade pelos motivos e causas das necessidades e frustrações vivenciadas, fazendo com que sua resposta seja um enfrentamento individual para um problema coletivizado que, da mesma forma, exige um enfrentamento coletivo. Assim, vai se solidificando a perspectiva de que os problemas sociais são gerados pela incapacidade pessoal, adaptando os sujeitos em uma condição de passividade frente à agressividade das contradições sociais. Dessa forma, deve-se fortalecer o

desenvolvimento de uma consciência social em que os sujeitos se veem como seres sociais efetivando enfrentamentos coletivos com sujeitos em condição comum. Se a conscientização pressupõe uma ação coletiva, logo prevê um processo de organização social. Assim, a conscientização requer a tomada de posição e atitude que provoca a compreensão da força social da população num movimento organizado e articulado. O processo de educação deve fornecer subsídios para análise e avaliação da conjuntura social, em que os grupos se encontrem na dinâmica das forças sociais (SOUZA, 2004).

Dessa forma, o processo de formação política e cultural da população passa pela politização, conscientização, participação e organização social. Se desenvolvida pela perspectiva democrático/emancipatória estimulará a desalienação, fazendo com que os sujeitos deixem de servir de massa de manobra pela falta de reflexão e crítica acerca da realidade. Essa capacidade de problematizar a aparência, interpretando e deliberando sobre os mecanismos necessários à transformação da realidade é que constituem os indivíduos enquanto sujeitos autônomos do processo emancipatório. Isto requer a construção da visão de mundo pelos sujeitos, o que inclui a tomada de posição e atitude, ou seja, a compreensão e a organização da força política dos grupos e a consciência de classe. Por isso, participar não é somente estar presente, pois pressupõe a consciência do real, o exercício e a distribuição do poder que se contrapõem à dominação.

3 O SERVIÇO SOCIAL NO INTERIOR DA LUTA DE CLASSES

Neste capítulo situa-se o Serviço Social em um contexto mais amplo, o que requer olhar para o seu surgimento e transformações. A relação com as políticas sociais é dada em seu surgimento e revela questões importantes ligadas à construção da identidade e do significado social da profissão. O tensionamento entre as demandas antagônicas que emanam das classes sociais ensejam um processo de tomada de posição pelos assistentes sociais. Desvendar esse processo, ao lado das transformações sociais operadas pelo capitalismo, permite compreender a intervenção pela via da construção de alternativas de resistência. A formação política aparece nesse cenário como uma alternativa para a construção de processos de resistência que articulem o conjunto dos trabalhadores.

3.1 CONSTRUÇÃO DO COMPROMISSO COM A CLASSE TRABALHADORA

Esse cenário contribui para a identificação do significado social do Serviço Social, possibilitando compreender sua legitimação na sociedade. Tal reflexão evidencia as dimensões objetiva e subjetiva do trabalho do Assistente Social, em que se realizam mediações de acordo com os determinantes históricos, sociais e econômicos que influenciam a intervenção, o significado social e a direção social do Serviço Social (YAZBEK, 1999). Importante compreender qual conjuntura demanda o trabalho do Assistente Social, desvendando de que forma a profissão se legitima socialmente para posicioná-la no interior da luta de classes. Situar o Serviço Social no interior da luta de classe não é uma opção, pois sua constituição e legitimação não se estabelecem no capitalismo ocasionalmente.

A questão social, enquanto objeto de intervenção do assistente social, se consolida justamente por sua constituição ter ocorrido em meio ao atendimento das expressões da desigualdade social. Com o advento do capitalismo, a desigualdade, pobreza e exclusão já existentes na sociedade brasileira se intensificam de tal forma que se transformam em palco para o estabelecimento da luta de classes. O agravamento das péssimas condições de trabalho e de vida da classe trabalhadora mobiliza reivindicações de um movimento organizado. Esse cenário requisita ações de cunho social para atendimento emergencial das demandas sociais dos trabalhadores, como condição para a manutenção e a estabilidade da acumulação.

A ação social realizada para atendimento de tais demandas passa a ser profissionalizada dando origem ao Serviço Social enquanto profissão que, na década de 1930, já estabelecia um processo de formação desses profissionais.

A profissão não se caracteriza apenas como forma de exercer a caridade, mas como forma de intervenção ideológica na vida da classe trabalhadora, com base na atividade assistencial; seus efeitos são essencialmente políticos: o enquadramento dos trabalhadores nas relações sociais vigentes, reforçando a mútua colaboração entre capital e trabalho (IAMAMOTO, 2002, p.20).

O desenvolvimento capitalista por apresentar caráter contraditório enseja a necessidade de atendimento dessas demandas pela via estatal através de políticas públicas, e, portanto, confere reconhecimento ao movimento dos trabalhadores no conflito de classe. Se, de um lado, elas servem para atender parte das demandas dos trabalhadores, de outro servem para abafar as reivindicações, construindo socialmente um processo de aceitação do sistema. Essa aceitação é forjada quando faz das políticas públicas um conjunto de benefícios que transforma os trabalhadores em “clientes” para a manutenção do poder conservador. Por volta de 1940, essa prática se institucionaliza com a criação de instituições assistenciais, e, assim, igualmente se institucionaliza e legitima o Serviço Social. Essas instituições serviram para “controle do potencial de mobilização dos trabalhadores urbanos” (SILVA,1995, p.24), dessa forma a institucionalização da profissão ocorreu pela intervenção do Estado na regulação social.

A identificação do processo de legitimação social do Serviço Social revela o caráter de sua inserção na esfera produtiva, reconhecida como se efetivando na reprodução das relações sociais, portanto como a reprodução dos modos de vida e da própria organização do trabalho. Isso significa emergir da compreensão das transformações no mundo do trabalho, e seu impacto na sociedade, não por uma perspectiva meramente econômica, mas sim envolvendo sua renovação como condição para própria reprodução social, essencial à acumulação (COSTA, 2008, p.37-38).

Contudo, em meados de 1950 e início de 1960 iniciam os processos de reflexão na categoria dos Assistentes Sociais associada à construção de sua identidade na perspectiva de estabelecer outra base para sua legitimação social. Todavia, esse é um movimento de pequena parte da categoria profissional e que mantém um viés de ordem modernizadora e de base conservadora. Nesse período,

há um incentivo para a promoção do Desenvolvimento de Comunidade como prática que visa a integrar os sujeitos aos objetivos governamentais vinculados ao seu projeto de desenvolvimento, tendo os Assistentes Sociais como responsáveis por sua operacionalização. Essas ações evidenciam uma postura “acrítica e aclassista que se sustenta em pressupostos de uma sociedade harmônica e equilibrada” (SILVA, 1995, p.26). Esse processo revela uma referência positivista de análise da realidade, sendo importante destacar a existência de contraponto teórico-metodológico e ético-político na sociedade, impactando a inserção dos profissionais nos processos de trabalho. A perspectiva positivista vem acompanhada da concepção de política social adotada nesse período, com a centralização política e financeira, além da descompartimentalização das atividades institucionais, reforçando o clientelismo ao mesmo tempo em que afasta a possibilidade de participação social.

Ao final do populismo, a categoria inicia um processo de questionamento do *status quo* juntamente com o fortalecimento dos movimentos sociais. Porém, com o advento do Golpe Militar, em 1964, esse processo refluí, ainda que a influência dos movimentos sociais e da organização dos trabalhadores seja registrada pela politização e conscientização de parte da categoria com uma orientação política de esquerda. Ainda com toda a dificuldade em se ampliar esse movimento, o mesmo já foi sentido nas ações do Desenvolvimento de Comunidade com a presença de uma perspectiva de ordem política, crítica e classista por parte de alguns profissionais.

Assim, a concepção da comunidade para os profissionais passa de única e consensual para contraditória, permeada por antagonismos e dominação. Nesse contexto, a participação começa a ser vista como essencial na luta pela hegemonia. Por fim, inicia-se uma prática profissional questionadora. Pode-se afirmar que a conjuntura dada naquele momento demandou para os profissionais um repensar técnico, concebendo a necessidade de um agir “moderno”, que representava também o início de sua reflexão quanto ao rompimento com o conservadorismo, mesmo que nesse momento não tivesse ainda essa conotação (COSTA, 2008, p.39).

O movimento de repensar as práticas profissionais não aconteceu somente no Brasil, teve caráter Latino Americano, e mesmo com a retração causada pela ditadura militar não se anularam os movimentos de debate; agregava questionamentos teórico-práticos e político-ideológicos que se consolidariam mais tarde como o Movimento de Reconceituação do Serviço Social. No Brasil, o seu desenvolvimento foi dado através de encontros com o objetivo de refletir

conjuntamente sobre o trabalho profissional frente à contradição do sistema capitalista e da luta de classes que tiveram, como produto, documentos que sistematizavam tais reflexões.

O primeiro foi o Documento de Araxá, produzido em 1967, em um encontro realizado em Minas Gerais, com o tema “Teorização do Serviço Social” (CBCISS, 1986). Até aquele momento o Serviço Social orientava-se por produções americanas que eram adaptadas à realidade brasileira, porém não existia consenso sobre a necessidade de modernização das práticas profissionais que se expressavam pela própria falta de consenso em torno da identidade do Serviço Social. Em meio aos debates ocorridos pode-se destacar a mobilização das forças produtivas com reflexões acerca de um modelo de atuação pautado pela identificação, mobilização e articulação de indivíduos e grupos, incentivando, através da valorização e capacitação, a formação de lideranças; e a valorização e estímulo às instituições para que se capacitassem tornando-se propulsoras de mudanças. Isso significa que as discussões trataram das abordagens técnico-operacionais voltadas ao modelo desenvolvimentista com o Serviço Social de caso, de grupo e de comunidade (NETTO, 2005).

No processo dessas reflexões se realizaram encontros descentralizados até 1970, quando houve um encontro que deu origem ao Documento de Teresópolis. Esse privilegiou como tema a metodologia do Serviço Social (CBCISS, 1986), apontando a requalificação do Assistente Social e a definição do perfil socio-técnico da profissão, inscrevendo o Serviço Social na modernização conservadora (NETTO, 2005). Nessas discussões se evidenciavam três vertentes de pensamento para a prática do Serviço Social: perspectiva de método científico ligada ao positivismo; perspectiva fenomenológica; e a perspectiva dialética ligada à Teoria Social Crítica marcada pelo pensamento marxista. A intervenção até então mantinha perspectiva de tratamento social, trabalhando com as disfunções internas e externas dos sujeitos, considerando-os desajustados da sociedade.

Considerando que o pensamento dialético passou a ganhar importância, o Documento de Sumaré (CBCISS, 1986) continha questões relativas ao papel do Estado na relação com a sociedade, identificando-o como aparelho repressivo de defesa dos interesses das classes dominantes. Dessa forma, a escolha por uma corrente de pensamento não era individual do profissional, passava pelo campo social em que se inseria, de acordo com o processo histórico da profissão e seu

debate coletivo. Com a entrada expressiva da perspectiva dialética, a partir de 1970, o Serviço Social passou por um processo de negação das instituições porque as reconhecia como aparelho ideológico do Estado, configurando um momento de exaltação da prática/militância política. Essas discussões se materializaram no Currículo Mínimo de 1982, enquanto diretrizes para formação profissional instituídas pela Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS).

Fica posto que, mesmo no período de maior repressão do regime militar, setores profissionais, embora minoritários, começam a atuar na contra-resposta ao encaminhamento hegemônico que transforma a profissão num mero instrumento da aceleração do desenvolvimento, percebido como um crescimento econômico concentrador e excludente. Isso significa que, mesmo cometendo o “equivoco” de se propor a abandonar o espaço institucional, por percebê-lo como instrumento mecânico de dominação, alguns setores da categoria profissional colocam a perspectiva de o Serviço Social aprofundar uma prática que se pauta pela busca de apoio aos interesses dos segmentos explorados que constituem a base de sua clientela, recolocando, necessariamente, a perspectiva de transformação social. Esse enfoque é retomado e aprofundado no período de “distensão-abertura” da ditadura militar (1974-1985) (SILVA, 1995, p. 35-36).

Essa relação foi assinalada no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), em 1979, quando as autoridades militares foram questionadas abertamente e retiraram-se da mesa, que passou a ser composta pelas lideranças populares, articuladas à categoria, sendo reconhecido como o Congresso da Virada. Marcava-se, então, a disputa interna que ia se expressar nos pleitos para os Conselhos Nacional e Regionais de Assistentes Sociais (CFAS/CRAS), havendo um revigoramento no seio da categoria com o fortalecimento da prática sindical, impulsionada pela organização geral dos trabalhadores.

Esses processos dão força ao Movimento de Reconceituação que

[...] procura se orientar por uma perspectiva dialética, com base na concepção de Estado ampliado, que permite perceber a instituição como espaço contraditório e de luta de classes. A partir daí, começa a se desenvolver um esforço no sentido de fortalecer a prática institucional, vista na sua articulação com os movimentos sociais populares organizados, passando a se configurar a possibilidade de uma dissociação entre os objetivos institucionais e os da prática profissional. Nessa perspectiva, o Serviço Social questiona a vinculação histórica da profissão com os interesses dos setores dominantes e aponta a necessidade de desvendar a dimensão política da prática profissional e a busca de novas bases de legitimação (SILVA, 1995, p.39-40).

O confronto de interesses presentes na sociedade sempre perpassaram o trabalho do Assistente Social em que pulsa a luta de classe, contudo, esse movimento de crítica a postura assumida até então pelos profissionais redireciona as prioridades e compromissos. As demandas para o Serviço Social emergem das classes dominantes na perspectiva de coerção e passivização das lutas sociais, e também dos trabalhadores por melhores condições de vida, pela ampliação das condições materiais de existência. Esse conflito de interesses permeia as instituições, estabelecendo uma correlação de forças internas que move as demandas institucionais para uma ou outra posição. O profissional, de posse de todos os instrumentos legais que respaldam sua intervenção, tem legitimidade conferida na direção política do trabalho que realiza. Materializa-se, então, um conjunto de princípios que norteia os processos de mediação dessas demandas para que o profissional possa ressignificá-las, tomando posição e podendo ensejar os enfrentamentos necessários aos interesses da classe trabalhadora.

3.2 O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL PELA VIA EMANCIPATÓRIA

O Serviço Social marca o caráter político que identifica os condicionamentos objetivos ao identificar alternativas que visem sua aproximação com os interesses da classe trabalhadora, para a qual direciona sua intervenção. Além de reconhecer-se como trabalhador privilegia a construção de projetos profissionais que

[...] apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais [...] (NETTO, 1999, p.95).

Assim, o projeto profissional é um projeto coletivo e, portanto, construído pelos atores que compõem a categoria profissional, sendo essencial o fortalecimento e o reconhecimento do projeto profissional para que a base da categoria esteja amplamente organizada. Tem caráter inacabado porque sua construção é permanente pela dinâmica do real imposta aos profissionais. Entende-se que uma categoria profissional não pode ser dada como bloco homogêneo, não há um consenso quanto a esse projeto, mesmo que exista sua hegemonia. Nesse processo

de disputas pela hegemonia do Projeto Ético-Político ganharam relevância debates antes mascarados.

Os princípios do Código de Ética Profissional vão expressar e legitimar a conquista de hegemonia do Projeto Ético-Político que apresenta um conjunto de direitos, deveres e valores comuns ao conjunto dos Assistentes Sociais, os quais devem ser cumpridos pela caracterização dada nas posições teóricas, políticas e ideológicas que assume. Cabe ressaltar que a construção de projetos profissionais deve expandir-se e se refletir na formação desses profissionais, dando o direcionamento político de comprometimento com esse projeto coletivo.

A conjuntura atual de flexibilização chega à regulamentação das profissões, contudo, é justamente a rigidez das Leis de Regulamentação que garantem, no marco legal, a defesa da invasão do ideário neoliberal nas práticas profissionais. São os documentos legais, Lei de Regulamentação e Código de Ética, que orientam o exercício profissional, estabelecendo a competência profissional vinculada às dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Portanto, o Projeto Ético-Político se expressa na Lei de Regulamentação (BRASIL, 1993), no Código de Ética (CFESS, 1993) e nas Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS, 1996).

A potencialização do caráter ético-político do exercício profissional dos Assistentes Sociais deve permear a articulação com outras categorias e movimentos para que alcance sua materialização no engajamento com um projeto societário construído por esses atores e legitimado pela luta dos trabalhadores. Isso vai evidenciar o próprio processo de constituição do projeto hegemônico no interior do Serviço Social, em que devem estar presentes dois elementos essenciais. O primeiro diz respeito à ampliação do contingente de Assistentes Sociais nos espaços de discussão da categoria, bem como a ampliação descentralizada dos mesmos. O segundo considera que o projeto não se constitui pelas idéias de um grupo de profissionais, mas sim se baliza no movimento geral da sociedade via a luta de classes, que marca sua origem e perspectiva pautada pelas demandas e expectativas dos trabalhadores (COSTA, 2008, p.51).

Logo, a acessibilidade, por parte dos profissionais, aos espaços em que se efetiva o Projeto Ético-Político é essencial para que não se estabeleça um projeto de uma minoria intelectual. A ampliação da participação política dos profissionais impacta a materialização desses compromissos no processo de intervenção, no qual imprime seu direcionamento. Resta, assim, o desafio de construir tais espaços garantindo que um maior número de participantes possa construir essas reflexões

estratégicas. Os projetos profissionais, necessariamente, filiam-se a um projeto societário, no caso do Serviço Social claramente vinculado à transformação da ordem societária pautada no capitalismo, ligando-se a valores comuns não só ao Serviço Social, mas as outras profissões e movimentos sociais. A pesquisa das produções da área, no período de investigação, identificou a polarização de projetos societários, seu antagonismo e a clara necessidade de definir a filiação de práticas e discursos a um ou outro. Inclusive nas produções de caráter avaliativo fica bastante evidente que a avaliação passa por esta definição ideológica em que a forma e tipo de participação define a filiação. A filiação teórico-política se apresenta pela exposição metodológica do método dialético, e outras pela clareza de concepção das categorias na análise da realidade.

Logo, é essencial o diálogo entre as entidades, profissionais de base, docentes e discentes para o desvendamento das particularidades desse cenário, contribuindo para a construção de estratégias coletivas e participativas. As propostas de enfrentamento serão formuladas nesse processo de reflexão coletiva da categoria, materializando o direcionamento sociopolítico para a transformação da realidade. Esse diálogo não pode se fechar em “concha” no Serviço Social; deve-se dialogar com os usuários, movimentos sociais e organizações de trabalhadores no intuito de unificar a luta geral da classe trabalhadora. Como condição para sua realização deve efetivar mediações teóricas, éticas e políticas do trabalho profissional, constituindo uma intervenção pautada na busca de estratégias que permitam o exercício de uma prática reflexiva.

Em relação à materialização do Projeto Ético-Político na intervenção profissional, este deve se expor pela compreensão do trabalho profissional no enfrentamento das expressões da questão social, pela perspectiva de fortalecimento das estratégias de resistência ao capitalismo no marco regulatório neoliberal. Nesse sentido, é fundamental identificar limites e potencialidades para a atuação profissional de caráter emancipatório e democrático que fortaleça o projeto societário ao qual se filiam os trabalhadores assistentes sociais no âmbito da sociedade, pois

[...] a reprodução ampliada da questão social é reprodução ampliada das contradições sociais, que não há rupturas no cotidiano sem resistência, sem enfrentamento e que se a intervenção profissional do Assistente Social circunscreve um terreno de disputa, é aí que está o desafio de sair de nossa lentidão, de construir, reinventar mediações capazes de articular a vida

social das classes subalternas com o mundo público dos direitos e da cidadania (YAZBEK, 2001, p. 39).

Dessa forma, as expressões da desigualdade social — a pobreza, a miséria, a discriminação, a vulnerabilidade social, a fragmentação da organização coletiva, entre outros —, são expressões características e necessárias para a perpetuação do sistema capitalista, portanto, aparecem ligadas a um denominador comum: a relação entre capital e trabalho.

Essas transformações afetam não só as relações de trabalho. Na realidade, envolvem o cotidiano inteiro do trabalhador: os direitos, a educação, o lazer, a vida privada de maneira geral. O que permanece, no entanto, é o modelo societário sob o qual essas modificações ocorrem: o capitalismo (SANT'ANA, 2000, p.75).

A subalternidade de uma classe em relação a outra expressa a falta de poder, a dominação e a exploração, ao mesmo tempo em que as intensifica, evidenciando a necessidade de protagonismo das lutas sociais por parte dos trabalhadores. Relaciona-se, ainda, à subalternidade com a exclusão e a pobreza que se explicita nos marcos constitutivos do capitalismo, configurando uma inserção na vida social pautada nas relações de classe que reafirmam a desigualdade. Nessa perspectiva, a subalternidade exalta as relações sociais vigentes no capitalismo e suas estratégias de (re) produção da desigualdade social, política, econômica e cultural. O Assistente Social esteve vinculado, em sua gênese, à relação de coerção no interior das relações sociais pautadas no capitalismo ainda presente como demanda advinda das classes dominantes. Sua intervenção nas relações sociais vai ocorrer principalmente pela dimensão socioeducativa do seu trabalho, podendo desencadear uma perspectiva de ajustamento dos sujeitos com papel disciplinador, ou se efetivar pela valorização e fortalecimento das lutas no interior da sociedade (IAMAMOTO, 2002).

Compreende, então, a contradição inerente ao surgimento das políticas públicas por sua constituição e consolidação como instrumento ideológico de controle social da organização de classe e das reivindicações dos trabalhadores. Portanto, implica retirar esse véu da alienação, compreendendo os ditames do capitalismo/neoliberal frente ao desenvolvimento da política social em disputa.

Pelo fato de a política social ser um processo complexo e internamente contraditório – e não um sistema, um ato formal de Estado ou de governo, uma receita técnica ou mera resposta institucional –, ela pode mudar de tendência e ser colocada a serviço do trabalho na sua luta endêmica contra o capital. Tudo vai depender do impacto das mudanças estruturais em curso sob os rumos da história, o regime político vigente, da organização e movimento da sociedade, da correlação de forças em presença e do sentido de desenvolvimento que se deseja imprimir (NETTO, 2012, p.750-751).

Pode-se evidenciar uma frente de enfrentamento que vem caracterizando a política social enquanto espaço de resistência. Essa frente diz respeito à rejeição da focalização e da seletividade enquanto proposta que não está centrada na identificação e no atendimento das necessidades mais agudas, mas na defesa do gasto público, reduzindo as necessidades humanas à sua expressão animal, sua sobrevivência. Para tanto, se defende a política social de caráter universal como um aliado na construção de estratégias de enfrentamento à questão social e de fortalecimento dos sujeitos visando a sua emancipação política. Assim, o projeto profissional hegemônico destaca o “compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional” (CFESS, 1993).

O ato de se refletir sobre a política social deve ir além da problematização da reprodução do capital; precisa ser construído enquanto espaço de resistência e enfrentamento. Os trabalhadores sociais que intervêm no desenvolvimento das políticas sociais podem construir o seu exercício amparados nas possibilidades de mediação visando a fortalecer a participação e a organização da sociedade, influenciando a correlação de forças. Nesse sentido, é importante destacar alguns processos sociais, nos quais os trabalhadores sociais podem influir: a participação e organização social. Isso implica trabalhar com desenvolvimento da conscientização social, pela perspectiva crítica e com a cultura, na construção de outras formas de sociabilidade.

A participação da sociedade se mostra central para a garantia de representação dos cidadãos nas esferas de decisão que permitam a inclusão das demandas sociais sob a ótica da democratização da gestão pública e não pelo atendimento emergencial, com poucos recursos destinados à área social. É fundamental a perspectiva de um trabalho que reflita sobre a participação da população nos espaços públicos por ela ocupados a partir de uma visão crítica sobre o mundo. Com isso, a condição social da democracia se articula pela questão da

informação; a participação é nivelada pela quantidade e qualidade das informações acessadas, considerando as condições de aproveitamento e possibilidades de intervenção enquanto sujeito produtor de saber.

A informação vai constituir-se em elemento central nessa teia de fragilidades e processos de fortalecimento das organizações coletivas, perpassando o acesso aos direitos sociais. Todavia não basta a simples passagem da informação, pois ela é apenas um dado até ser interpretada, havendo possibilidades diversas de ressignificá-la. Por isso, a necessidade de conhecimentos capazes de subsidiar o olhar de maneira crítica, estabelecendo-se as teorias explicativas da realidade que fornecem os elementos para a análise da mesma e dão consistência para formulação de propostas, permitindo um movimento viabilizador de instrumentalização dos sujeitos e grupos para decidir quais estratégias e qual conteúdo imprimirá suas reivindicações.

Esse processo reconhecido como de politização da população para a sua participação na vida pública pode ocorrer dentro de organizações governamentais, não governamentais, públicas ou privadas, sejam elas formais ou não formais. Todos esses processos afetam a constituição da esfera pública e a democratização da gestão pública (por exemplo, através das práticas conselhistas). Promovem a inserção prático-crítica que desenvolve a práxis social, além do alcance da emancipação política, enquanto repolitização da vida coletiva em um movimento produtor de saber. Enfim, o desafio de um país democrático que se queira autônomo e independente é o estímulo à construção de processos de educação política formal e informal.

Essa reflexão rebate para a prática dos Assistentes Sociais um compromisso com a participação efetiva no processo de construção de uma consciência social, que se inicia na viabilização do acesso aos direitos sociais e à informação, visando um horizonte de mobilização da classe trabalhadora por transformação social. Contudo, a conscientização não é um processo que possa ser concebido unicamente pelo seu caráter reflexivo no nível do pensamento e do discurso. Deve então provocar a organização social como consequência desse processo, pois a conscientização como pressuposto para concretização da participação social deve, além de motivar a reflexão contínua, dado o movimento dinâmico da realidade, proporcionar o enfrentamento da mesma. Portanto, a conscientização se expressa também nas ações, fundamentalmente de caráter coletivo, assim na tomada de posição e atitude (COSTA, 2008, p.22).

A participação, entendida como determinante para que a transformação social paute-se pela superação da alienação, requer o desenvolvimento da autonomia, emancipação, liberdade e democracia. É importante destacar que a compreensão da democracia não pode reduzir sua complexidade ao voto eleitoral, sem voltar o olhar para o controle social da administração pública como ação democrática. A democracia se constitui como princípio constitutivo do Código de Ética profissional e se expressa no documento, afirmando a “defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida” (CFESS, 1993). Dessa forma, é no desenvolvimento da conscientização social que se pode agregar força social às práticas reivindicatórias.

Nas produções da área, o compromisso com o aprofundamento da democracia via participação política se mostra muito presente pelo investimento nas ações de controle social. Alguns elementos se evidenciam, dentre eles a estreita relação das categorias ligadas ao conceito de formação política com o espaço público e, principalmente, com as políticas públicas e sociais. A categoria mais abordada é a participação, e nela se incluem suas ramificações — popular/social/política —, geralmente relacionadas a práticas de controle social das políticas sociais; abordam a participação junto a canais de participação formais, garantidos, constitucionalmente, outras discutem a participação dos sujeitos no desenvolvimento e implementação de políticas ou ações governamentais pontuais. A partir da categoria “controle social”, a participação aparece como elemento definidor da existência efetiva ou não desse processo. A essa categoria se articulam outros conceitos fundamentais, como democracia, garantia e acesso a direitos, bens e serviços sociais. Muitas das produções propõem uma avaliação do desenvolvimento e da influência dos conselhos de política pública para a implementação e o desenvolvimento das políticas sociais. Essa avaliação tem como eixo central a participação dos usuários, profissionais e governo no processo deliberativo dos conselhos, portanto a participação se consolida nas produções como elemento definidor do trabalho realizado pelos conselhos. Constatou-se que em 88% da produção da categoria analisada aparecem somente os canais de participação formais instituídos pela Constituição Federal de 1988, o que restringe os espaços de participação na esfera Estatal. Esse movimento de privilegiar ações de fortalecimento do Estado compõe um conjunto de estratégias que apresentam o

direcionamento da categoria frente à conjuntura atual dada pelo referencial neoliberal. O Serviço Social, ao construir seus enfrentamentos, vai privilegiar que o locus de trabalho se concentre nas políticas sociais visando ao fortalecimento do Estado, sob a perspectiva de atendimento das demandas da população, contribuindo, para tanto, o fato de o Estado ser o maior empregador de Assistentes Sociais. A centralidade atribuída ao controle social assume a perspectiva de que havendo o espaço para participação haverá democracia, e esse fio de análise permeia 63,6% das produções aqui analisadas que tratam de controle social, enquanto 27,2% tratam da participação junto a implementação de políticas. Algumas preocupações são constantes nas produções como a identificação de lideranças e dos interesses presentes e em conflito, dentro da necessidade de desvendar os condicionantes que conformam o perfil de tais espaços, prioritariamente das práticas conselhistas. A relação entre os sujeitos presentes é constante e apresenta uma preocupação com a correlação de forças que se expressa sob a influência do processo decisório. Por esta razão, o debate em torno da representação nesses espaços ocupa 36,3% das produções, pauta a forma com que a população ocupa esses canais de participação e qual o impacto disso na implementação e desenvolvimento das políticas sociais.

Considerando-se que na luta constitucional disputavam-se concepções de política social, o desenvolvimento e organização do controle social vai expressar igualmente essa disputa em outros patamares. Filiando-se à concepção das necessidades humanas, a inserção da população usuária dos serviços das políticas sociais, junto aos espaços de controle social, vai evidenciar-se como indispensável para a materialização do processo democrático ensejado na Constituição. Todavia, o estímulo à participação dos usuários, ou à investigação das práticas conselhistas, não é suficiente para afirmar que o processo democrático se consolidou. O processo democrático disputado não se restringia à participação — “estar presente” —, mas como um processo interativo em que o sujeito abarca as condições dessa participação. Significa reconhecer a influência das próprias condições materiais de existência nesse processo e um conjunto de conhecimentos prévios importantes para que a participação possa expressar e defender os interesses dos segmentos representados em tal espaço. Do contrário, a simples presença pode caracterizar uma contraparticipação, em que o sujeito não tem os elementos para fazer de sua intervenção a vocalização dos desejos e necessidades a serem contemplados pelas

políticas sociais, reforçando a ideologia dominante. Todavia, sua presença física nos espaços de deliberação acaba por legitimar decisões sobre as quais pouco incidiu.

O trabalho do Assistente Social, nesse sentido, deve ir além do estímulo à participação dos usuários, compondo um conjunto de ações que contribua para a instrumentalização dos sujeitos para intervir nesses espaços. O compromisso com um projeto profissional, pautado na construção de uma nova ordem societária, deve passar eminentemente pela transformação das mentes na perspectiva de romper o véu da alienação, como movimento permanente de resistência. Ações desse tipo podem ser desenvolvidas dentro de diversos processos de trabalho em que se insere o Assistente Social. Por exemplo, compõe esse leque de ações a prática reflexiva na relação com os usuários, ou, ainda, o trabalho com grupo favorecedor desse movimento de problematização do real visando à participação e à organização social dos sujeitos.

Logo, o Serviço Social necessita investir no fomento à organização popular para vislumbrar a retomada da classe trabalhadora organizada, aumentando o tensionamento da disputa de projetos de forma consciente e participativa. No enfrentamento da realidade pela via da organização social, os Assistentes Sociais podem avaliar as implicações de sua intervenção, observando os recursos disponíveis para alcançar os objetivos. A capacitação contínua dos grupos sociais vai ser deflagrada como demanda emergente para que acompanhem a dinâmica da realidade em sua análise de conjuntura e estratégias. Portanto, a participação social pressupõe a existência do desenvolvimento dos processos de conscientização, organização e capacitação. A organização social e popular da sociedade vai encontrar terreno fecundo nos movimentos sociais, apresentando-se como espaço de luta para a construção de processos sociais mais amplos desencadeadores de transformações pautadas em um projeto societário emancipatório e democrático.

A importância dos movimentos sociais está no papel que eles passam a desempenhar no processo de organização popular. Esse processo acontece à medida que a população supera as saídas individuais e recorre a alternativas coletivas. Todo um conjunto de situações de vida passa a ser percebido em seus aspectos comuns coletivos e, como tal, passa a ser descoberto em seus aspectos sociais. A população, libertando-se da culpa pessoal introjetada pelos valores sociais dominantes, passa a perceber a realidade do social e também a descobrir meios de enfrentamento coletivos para enfrentar a problemática social (SOUZA, 2004, p.100).

Um elemento importante no desenvolvimento dos movimentos sociais, ou mesmo através de protestos feitos por grupos organizados e com colaboração da sociedade civil, é que esses grupos ganham relevância à medida que publicizam suas demandas e posições. Esses grupos trazem para a arena política temas importantes que, por vezes, ficam mascarados no processo de abafamento das reivindicações. É a possibilidade concreta de levantar debates para problematização da realidade como primeiro passo para a mobilização de processos de conscientização. Assim, se estabelece um movimento cíclico em que a organização social e popular alimenta a luta social na mesma medida em que esta proporciona a organização de grupos reivindicatórios. Dada essa caracterização, entende-se por movimento social “[...] a ação dos homens na história. Esta ação envolve um fazer – por meio de um conjunto de práticas sociais – e um pensar – por meio de um conjunto de ideias que motiva ou dá fundamento à ação. Trata-se de uma práxis, portanto” (GOHN, 1999, p.43).

As expressões da desigualdade social e das alternativas de resistência se manifestam e produzem no cotidiano, o qual reproduz valores e relações sociais, portanto, sendo espaço de apropriação da vida coletiva que revela símbolos, vínculos, (pre)conceitos que são apreendidos na convivência social (ANDALÓ, 2006). Portanto, o cotidiano é o espaço da luta social que permite a superação dessas apreensões que expressam a alienação, desencadeando a não participação, mas que também expressam resistência à desigualdade social. Todavia, o desafio posto aos Assistentes Sociais é o de se organizarem enquanto classe trabalhadora explorada e oprimida pelo capital, ao mesmo tempo em que precisam pautar a organização de seu trabalho nessa mesma perspectiva.

4 PROCESSOS DE FORMAÇÃO POLÍTICA: UMA CONTRIBUIÇÃO AO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL

No presente capítulo privilegia-se a formação política como estratégia de resistência que aceita o desafio de construí-la enquanto conceito articulado aos processos sociais. A relação que se estabelece entre o Serviço Social e a formação política enriquece a abordagem desta última, pois permite que se lance um olhar para além do seu conteúdo pedagógico. Assim, os dados analisados ressignificam o conceito, dando a abrangência necessária para que seja um processo desenvolvido para alimentar as estratégias da classe trabalhadora, sem se prender especificamente ao Serviço Social. Ao mesmo tempo, o processo investigativo das produções da categoria sobre o tema possibilitam dialogar com a concepção e a intervenção profissional, qualificando-a ao passo que defende a necessária inclusão da formação política nos processos de trabalho em que se insere o assistente social.

4.1 FORMAÇÃO POLÍTICA COMO PROCESSO SOCIAL

Considerando-se todos os elementos da realidade social até aqui debatidos pode-se dizer que o primeiro momento em que a formação política passa a compor a pauta dos movimentos sociais/populares, organizações de trabalhadores, grupos associativos, etc., se apresenta no período de contestação e resistência ao regime antidemocrático e ditatorial. Nesse período, ainda que na clandestinidade, os setores de resistência apresentavam os três processos principais para a consolidação da formação política. Os debates que davam fundamentação às críticas sociais apresentavam caráter educativo que se desenvolvia pela via do diálogo a respeito da realidade social. A participação e a organização social se efetivavam de diferentes formas, através dos processos de mobilização para um agir político estratégico. Com a abertura política e a redemocratização, a mobilização dos movimentos sociais se tornou expressiva e consolidou sua relevância no cenário político ao introduzir uma série de conquistas na disputa pela garantia de direitos na Constituição de 1988.

Contraditoriamente a esse momento de conquistas, mobilização nacional e força política dos grupos organizados, na década de 1990 evidenciou-se a retração das práticas coletivas de participação social. Um dos elementos influenciadores foi a

própria conjuntura que se apresentava com a adesão do país ao referencial neoliberal. Como parte desse processo de reestruturação produtiva tem-se o trabalhador *full time* mobilizado pelas novas tecnologias que dão esse alcance, aumentando o processo de exploração e esgotamento físico, mental e espiritual dos trabalhadores. Junto a isso, a ampliação desses canais de participação e representação política contribuíram para que os movimentos sociais perdessem a centralidade do discurso da participação na sociedade, que também foi capturado no projeto conservador. Houve uma compreensão de que havendo canais formais de participação isso bastaria para garantir a democracia. Contudo, a diminuição da participação articulada a abertura de canais se mostrou um elemento muito importante para a emergência de práticas educativas de cunho político. A participação nesses espaços, como é o caso, por exemplo, dos Conselhos de Direitos ou, ainda, nas experiências de Orçamento Participativo, requer um conjunto de saberes essenciais para o processo decisório, e caso seus integrantes não os tenham sua participação se torna limitada ou ainda falha (GOHN, 2008). Apesar desses limites, o exercício da participação é processo e pode ir se qualificando pela apropriação que os sujeitos podem fazer a partir da inserção nesses espaços, onde vão se capacitando, informando e ampliando cadeias de mediações.

Então, após as conquistas no campo constitucional, as manifestações dos movimentos sociais, além das práticas de educação popular e trabalho de base, passaram a ser identificadas como ultrapassadas e superadas, considerando-se que somente eram válidas e justificáveis no período de contestação do regime militar. Ao diminuir as práticas de educação popular e trabalho de base, diminuiu-se o trabalho de formação política desenvolvido pelo e para os grupos organizados. Logo, no imaginário popular não havia mais necessidade de mobilizações e reivindicações, desencadeando, assim, a perda da visibilidade política e da capacidade de pressão dos grupos organizados (GOHN, 2008).

Na constituição desse cenário, a cultura tem um papel fundamental, cabendo vê-la como terreno em disputa, podendo ser um dos instrumentos no processo de conscientização. Na atualidade, se mundializa a cultura do consumismo que articula referências culturais que formam outro sentido de sociabilidade e pertencimento. Pode-se constatar que a ideologia consumista impõe novos estilos de vida, incorpora hábitos, valores e virtudes (SIMIONATTO, 2009). Isso significa reconhecer que a cultura não é uma manifestação empírica e despropositada; ao

contrário, é um conjunto de princípios que norteia as manifestações, portanto, é um produto social. De acordo com Gohn,

os indivíduos produzem interpretações, significados e símbolos face a determinada realidade. Neste contexto, a cultura emerge como prática de produção de significados, espaço e campo de significações. Ela é ação, atividade, experiência, e, portanto, confere dinamismo ao processo social [...] as transformações culturais não são meras consequências ou resultados da infraestrutura de produção econômica da sociedade, mas fruto da interação de vários processos sociais onde as relações de produção convivem com relações de parentesco, religiosas, político-ideológicas, etc. (GOHN, 2011, p.43).

Para compreender a relação entre cultura e mudança social deve-se reconhecer a historicidade como categoria que explica o constante processo do se refazer da sociedade e da cultura. Com isso, os indivíduos passam a ser agentes de mudanças socioculturais, negando sua predeterminação. A cultura se constrói em meio a relações com sentidos e significados forjados em sua interação. Os grupos/movimentos atribuem a suas práticas esses sentidos e significados, e no seu exercício se produzem novos significados. Por isso, a cultura é uma força que se coloca no interior das disputas e conflitos em torno do poder (GOHN, 2011). Para Gohn cultura política é:

[...] o conjunto de significados e valores com o que se constrói o sentido da comunidade política, da tomada de decisões para o bem de todos [...]. Essa cultura abrange e se sustenta na cultura dos direitos humanos e políticos dos membros de uma comunidade. A apreensão do processo educativo está associada ao desenvolvimento da cultura política. Juntas, educação e cultura política tem finalidade de ser instrumento e meio para se compreender a realidade e lutar para transformá-la (GOHN, 2011, p.63).

Ao analisar as estratégias e o impacto da política neoliberal é possível evidenciar o investimento na conformação e aceitação dos sujeitos para com a política proposta. Além do desenvolvimento socioeconômico que aprofunda a desigualdade social, existe uma formação político-social que colabora para a manutenção do *status quo*. Dessa forma, impõem-se novos padrões de sociabilidade e pertencimento que alteram sobremaneira os processos de identidade coletiva. A alienação, por ser processo que acontece na consciência, consiste na reprodução/imitação que, por ser ausente de reflexão e crítica, é ausente de consciência (FREIRE, 1979). Contudo, pretender a superação da alienação pela libertação sem a reflexão dos sujeitos significa transformá-los em objeto, em massa

de manobra, pois a reflexão conduz a prática com clareza de finalidade. A educação, sob a perspectiva libertadora, compreende o homem envolto em uma teia de relações com o mundo, portanto, a prática pedagógica que leva à problematização e à reflexão só é possível quando considera fundamental esse aspecto no processo de desalienação (FREIRE, 2011).

O processo de dominação pode ser observado a partir da mídia, enquanto instrumento de reprodução da ideologia dominante. Nessa trama, contribui para tanto o fechamento em grupos que não dialogam com outros e apenas reproduzem valores, além da falta de acesso à informação; e o sobretrabalho que impede o investimento em tempo para relacionar-se, ler, ouvir e conversar, pois o trabalhador se esgota. Dessa forma, a dominação captura todas as esferas da vida social e nelas se reproduz, envolvendo o trabalhar. Assim, introjeta no cotidiano da sociedade seus valores morais, conduzindo à alienação e à reprodução de práticas discriminatórias, moralizantes e fragmentadoras da organização coletiva da sociedade civil via movimentos sociais, partidos políticos, sindicatos, entre outras formas de organização. De tal modo, encontra-se em evidência a formação político-social que é promovida pelos veículos de comunicação. A separação indivíduo/classe privilegia o privado em detrimento do público, ampliando os processos de alienação, realizando o esvaziamento das ações histórico-sociais e a neutralização e banalização do agir político, logo, provoca o enfraquecimento do espaço público, da sociedade enquanto conjunto de cidadãos e das ações coletivas.

Esse cenário de enfraquecimento das ações coletivas que visam a desenvolver estratégias de resistência é que demanda o estudo e a reflexão das práticas de formação política, a qual serve como um potencializador no processo de organização social para a luta de classes. A necessidade de ações de formação política contribui para o enfrentamento da conjuntura estabelecida e fortalecida com o neoliberalismo. Dessa forma, pode caracterizar-se pela perspectiva emancipatória e democrática, como atividade que valoriza as ações histórico-sociais enquanto elemento formador que possibilita identificar limites e possibilidades que qualificam as ações futuras. Também compreende as ações coletivas de cunho político, como o exercício dos valores e princípios dos grupos. Essas e outras características conformam processos formativos a serviço dos trabalhadores na luta de classes, portanto, trabalhando na perspectiva de rompimento da alienação e do fortalecimento do espaço público como arena em disputa. Assim, propõe-se como

enfrentamento para esse cenário a conscientização da população para participar com autonomia, podendo fazer de sua intervenção uma possibilidade de transformação social.

A consciência é determinada pela realidade social, e ela é condição para sua transformação. A objetividade (da realidade existente) e a subjetividade (dos sujeitos que dela fazem parte) unem-se num único processo. A mera vivência das pessoas sobre a(s) realidade(s) sociais determina um tipo de consciência, mas esta última pode se desenvolver de diversas formas e níveis, em função do tipo de inserção e apreensão na/da realidade, individual, grupal ou humano-genérica (MONTAÑO, DURIGUETTO, 2011, p. 98).

Logo, “a consciência é a visão de mundo do homem sobre as coisas. Já a conscientização é o processo de elaboração desta visão na qual se fazem presentes os homens, as coisas e o próprio mundo” (SOUZA, 2004: 87). Contudo, é essencial a passagem da consciência ingênua para a crítica, ultrapassando a aparência e chegando à raiz, a partir de um olhar não fragmentado. A consciência crítica se estabelece na mediação da singularidade, particularidade e universalidade. A problematização da aparência é a descoberta da realidade e dos meios de enfrentamento a partir da construção de instrumentos de comunicação facilitadores de articulação e organização social. Ou seja, o homem reflete sobre sua realidade, e ao compreendê-la descobre desafios e pode criar soluções, assim pode transformá-la (FREIRE, 1979). É nesse movimento que a população desvenda as relações e correlações de seus interesses com aqueles da realidade mais ampla. Assim, a conscientização requer uma tomada de posição e atitude que provoca a compreensão da força social da população em um movimento organizado e articulado que prevê a organização social. Para tanto, o processo de capacitação deve fornecer subsídios para a análise e a avaliação da conjuntura social, em que os grupos se encontrem na dinâmica das forças sociais (SOUZA, 2004).

Sendo assim, se faz necessário situar os sujeitos, enquanto agentes de mudança, no interior da disputa de projetos societários, na condição de educando-educador que intervém na estrutura social. Essa opção deve orientar os métodos, técnicas e a ação em si (FREIRE, 1981). Então, a participação da sociedade se mostra central para a garantia de representação dos cidadãos nas esferas de decisão que permitam a inclusão das demandas sociais sob a ótica da democratização da gestão pública e não pelo atendimento emergencial com poucos

recursos destinados à área social (GOHN, 2008). É fundamental a perspectiva de um trabalho que reflita sobre a participação da população nos espaços públicos por ela ocupados a partir de uma visão crítica sobre o mundo.

Logo, a escolha de trabalhar com formação política ocorre por compreender que a mesma contribui para a construção de força social e política.

E força social é povo organizado; força política é povo cada vez mais consciente e organizado. Por isso, a formação deve estar voltada para preparar organizadores do povo. Não se pode resolver a pobreza, suas causas e consequências sem dar poder ao povo. E dar poder ao povo é dar conhecimento e ampliar sua participação na vida política, social, cultural da sociedade (PIZETTA, 2007, p.94).

O processo das classes subalternas, de sair de um estágio de exclusão para um de contra-hegemonia, é essencialmente pedagógico, pois é no contato entre os sujeitos e na troca de experiências que amadurecem concepções e práticas, possibilitando emancipação coletiva (LUIZ, 2011). Para Luiz, a emancipação social¹ é um

[...] processo molecular de elevação da consciência crítica e do protagonismo social autônomo das classes subalternas. A elevação de uma situação de subalternidade a de protagonismo social – que desencadeia ações políticas de caráter crítico-democrático no espaço público – é o indicador de análise do desenvolvimento do processo de emancipação social vivido pelo grupo ou classe, sem perder de vista a proposição teleológica de um novo projeto ético-político de sociedade (LUIZ, 2011, p.121).

Dessa forma, a emancipação não pode ser compreendida separadamente da autonomia e da liberdade, enquanto processos que se desenvolvem de maneira articulada. A questão da liberdade usualmente foi compreendida como a possibilidade de escolha entre várias alternativas (ideias, valores, atos, normas, etc.), inevitavelmente, independente da escolha, se está determinado a ir para esta ou aquela direção. Entretanto, a autonomia é a capacidade de posicionar-se como sujeito (social, ético, político) no processo, no instante em que está frente a condições determinadas, sendo capaz de conhecer, interpretar e determinar os

¹ Alerta-se que o conceito de emancipação social trabalhado na obra marxiana tem a mesma concepção da emancipação humana. Compreende-se que no capitalismo não há espaços para vislumbrar esse tipo de emancipação. Por esta razão trabalha-se nessa pesquisa com o conceito de emancipação política, todavia alguns dos autores aqui trabalhados a nomeiam como emancipação social, mas que não diz respeito a mesma concepção trabalhada por Marx.

requisitos para transformar tal realidade, e é esse movimento de conhecimento e posição que o constitui sujeito (CHAUI, 2000).

A autonomia não consiste, então, no poder para dominar o curso da história e sim na capacidade para, compreendendo esse curso, transformar-lhe o percurso. Em suma, a autonomia, no presente, é luta política e não o modo de ser da sociedade e da política. Não é um acaso, mas uma necessidade, que o conceito de autonomia surgisse no interior de uma formação política precisa, qual seja a democracia (CHAUI, 2000, p.303).

Por isso, há a necessidade de socialização da política, com a reafirmação de organismos sociais capazes de fazer política, estabelecendo novas práticas pautadas pela ética e democracia (LUIZ, 2011), possibilitada por uma dinâmica que articule participação e educação (DANTAS, 2010). Nesse sentido, a emancipação política passa pela democracia, pela valorização da comunidade, da história, experiência, cultura e participação que constituem a “pedagogia da emancipação” (LUIZ, 2011:85). Portanto, a formação política não pode ser um processo que visa à adaptação do homem à sociedade, pois acaba com as possibilidades de ação. Assim, a educação é mais autêntica quando explora o ímpeto ontológico do homem de criar (FREIRE, 1979), ao se efetivar enquanto mediação entre o indivíduo e a sociedade (TONET, 2011). Nessa perspectiva, a prática pedagógica proporciona a retomada das condições de participação a partir de um movimento de distribuição e exercício do poder contraposto aos processos de dominação e concentração de poder.

La Educación Popular es la dimensión educativa de la práctica social de las clases populares. Se plantea, con esta afirmación, la necesidad de que las propias organizaciones populares fomenten y organicen nuevas formas de educación popular, articuladas con sus luchas específicas. Esta postura es radicalmente distinta a la postura de muchos “agentes” de Educación Popular y militantes de izquierda, que creen poseer una verdad liberadora, que las clases populares deben conocer. Por el contrario, afirmamos que existe una sabiduría popular, un saber popular que se genera en la práctica social en la que el Pueblo participa. Su lenguaje no es conceptual, es concreto y visual. En ellos, el saber es hacer (ROTTIER, 1986: 01).

Essa prática pedagógica pressupõe um pensar coletivo para o desvendamento do real a partir do cotidiano no contexto dos interesses e preocupações da população, considerando-se a transformação dos modos de enfrentamento pela dinâmica do real no contexto histórico. Então, o processo educativo da participação se desenvolve através da conscientização, organização e

capacitação contínua da população, tendo como objetivo ser fio condutor da ampliação e qualificação da participação enquanto processo social (SOUZA, 2004). Todavia, a forma como se desenvolvem os processos educativos voltados à participação referenciam a concepção de educação e de formação política implicada. Interferem nessa relação os valores nos quais está calcado o processo educativo, ou seja, uma educação que se pretenda libertadora não poderá se construir pela via da dominação e centralização do saber que revela uma perspectiva autoritária. A formação política crítica não pode ser confundida com doutrinação da classe trabalhadora pela introjeção de um conhecimento verticalizado. Sobre o desenvolvimento dos processos educativos, destaca Gohn,

O diálogo, tematizado, não é um simples papo ou conversa jogada fora, é sempre o fio condutor da formação. Mas há metodologias que supõem fundamentos teóricos e ações práticas – atividades, etapas, métodos, ferramentas, instrumentos, etc. O espontâneo tem lugar na criação, mas ele não é o elemento dominante no trabalho do educador social, pois o seu trabalho tem princípios, métodos e metodologias de trabalho (GOHN, 2010, p.51).

O processo educativo ainda pode ser tratado como “letramento político”, devendo ocorrer em instituições do poder público e de organizações sociais. Todo e qualquer processo de letramento político deve ser desenvolvido a partir de um programa consistente em propostas e atividades que possam responder a demandas específicas e, ao mesmo tempo, refletir sobre o contexto mais amplo (COSSON, 2010). O que se propõe é uma práxis social, ou seja, uma inserção prático-crítica na realidade, permeada pela ética política. É a passagem do senso comum para um pensar crítico que se efetiva pela prática, tendo como características a historicidade, a motivação para uma ação coletiva e a racionalidade – esta entendida a partir da intencionalidade dada à ação, porque não é determinada casualmente (LUIZ, 2011).

A formação política possibilita o desenvolvimento da capacidade de sistematizar e organizar o conhecimento para que o mesmo sirva à luta social; contribui para o fortalecimento dos princípios e valores do movimento, realimentando-os à medida que os atualiza na conjuntura de cada momento histórico. Isso significa que os processos formativos influenciam a construção da identidade das organizações coletivas, vinculando necessariamente a identidade de classe. É na organização que as ideias, construídas no processo de reflexão,

tornam-se práticas revolucionárias, porque abarcam um conjunto de intenções e ações transformadoras.

Ela só tem sentido se ajudar a organizar o povo, pois a força da mudança está no nível de consciência, no grau de organização e na disposição de luta das massas. Esses fatores e requisitos dependem em grande medida da qualificação das lideranças, militantes e dirigentes que formam, constroem a luta e a organização. A tarefa principal da formação é motivar para que os silenciados saiam de seu silêncio, que os dominados aceitem sair da dominação através da luta (PIZETTA, 2007, p.92).

Compreendendo que a formação serve à organização do povo, seus efeitos devem ser sentidos na organicidade da luta, buscando sempre, para tanto, se afastar de dogmatismo, doutrinário, autoritarismo, paternalismo e da fragmentação entre o conhecimento e a vida real. A base de qualquer processo formativo será o desvendamento da realidade e, para tanto, se revelam as contradições, buscando evidenciar a totalidade social a partir dos processos históricos. Isso só é possível quando se ultrapassa a aparência, indo à raiz dos fenômenos. Contudo, só terá sucesso se esse processo formativo se materializar na transformação da realidade, enquanto sua finalidade última, pois busca acima de tudo transformar as pessoas e a realidade.

Assim, o desenvolvimento da formação política requer a habilidade de articular objetivos, conteúdo e métodos, para que, na elaboração dos conteúdos, possa-se praticar uma nova moral baseada em valores que mantenham o conteúdo revolucionário. Portanto, implica combinar conhecimento e comportamento, ou seja, o discurso e a prática se unificam, pois não é possível defender uma bandeira atacando-a em seu fazer cotidiano. A credibilidade dos sujeitos coletivos, das organizações e dos movimentos sociais frente às massas reside na coerência com que forjam suas lutas. Logo, coloca-se a ética, a moral, os princípios e os valores como mola propulsora da construção de uma cultura política que colabore para a elaboração de estratégias de resistência. O estudo dos processos de formação política pela perspectiva marxista implica compreender o método materialista histórico e dialético como mediador e facilitador da análise da realidade visando sua transformação. É reafirmar que sua inspiração oferece os subsídios necessários para a análise da realidade como também para a construção de alternativas enquanto conjunto de propostas ao cenário apreendido.

Portanto, conhecer os processos educativos voltados para a formação política dos sujeitos, analisando suas limitações e potencialidades e sua influência no processo de participação e organização social, se mostra uma alternativa para a construção de propostas educativas mais efetivas ao alcance de uma consciência crítica. Isto porque a capacidade de saber o que deve ser feito em cada momento histórico reside na habilidade de identificar os limites e as possibilidades, através da leitura da realidade articulada à construção de estratégias e táticas de resistência. Por isso, o processo formativo precisa acompanhar a conjuntura histórica e concreta para se inserir na correlação de forças, e essa capacidade de problematizar a aparência, interpretando e deliberando sobre os mecanismos para transformar a realidade, é que constituem os indivíduos enquanto sujeitos do processo emancipatório. Isso requer a construção da visão de mundo pelos sujeitos, o que inclui a tomada de posição e atitude, ou seja, a compreensão e a organização de sua força política e da consciência de classe.

Com a finalidade de favorecer a compreensão e estabelecer de forma mais sistematizada o conceito de formação política aqui defendido, o mesmo foi traduzido em um Esquema Conceitual da Formação Política Crítica (ver Apêndice A), evidenciado como um processo social compreendido a partir da formação socio-histórica da realidade em que se situa e mediado pela luta de classe que define sua concepção ideológica. Essa formação articula-se ao desenvolvimento cultural e aos processos de alienação que lhe conferem dinamicidade, havendo influência mútua à medida que o desenvolvimento da formação política impacta a constituição cultural e as possibilidades de rompimento com a alienação; realiza-se no desenvolvimento de processos educativos voltados a participação e à organização social. Quando desenvolvida pela perspectiva democrática e emancipatória, a formação política crítica terá como produto o desenvolvimento da autonomia, liberdade e da emancipação política, dado os limites dentro do sistema capitalista, mobilizando forças sociais e políticas que organizem a contra-hegemonia. A relevância de situar a formação política dentro das concepções ideológicas se mostra essencial, pois ela não é sempre crítica, pode estar a serviço da manutenção da dominação. Dessa forma, a formação política crítica se diferencia por ser um processo social orientado por uma cultura política, ou seja, valores que afirmam a democracia e os direitos humanos que incluem os processos participação, organização e educação. Todavia, é preconizada uma participação efetiva, pautada no acesso à informação, leitura

crítica do real e autonomia para a tomada de decisões. Ao mesmo tempo, conduz a uma educação autêntica que instiga o ímpeto criador ontológico humano em uma perspectiva transformadora.

4.2 EVIDÊNCIAS DO DEBATE DA FORMAÇÃO POLÍTICA NO SERVIÇO SOCIAL

A busca de respostas nem sempre são motivadas especificamente por perguntas, mas inevitavelmente por inquietações. Os objetivos do projeto de pesquisa elucidam justamente essas inquietações voltadas a compreender de que maneira processos formativos de caráter político estão sendo apropriados não só teoricamente, mas materializados, principalmente, no trabalho do Assistente Social, explicitados na produção da área. Esse debate é fundamental para a construção de uma contra-hegemonia capaz de ampliar as forças sociais e políticas de resistência.

Do total das produções coletadas identifica-se que as áreas com maior concentração foram Serviço Social, Sociologia e Educação, totalizando 78,4% das produções coletadas com as categorias que dão consistência ao conceito de formação política. Inicialmente, partiu-se dos dados coletados, separando as 168 produções das áreas definidas para posteriormente analisar os dados das produções do Serviço Social. Nesse primeiro momento, as considerações foram feitas a partir de uma leitura flutuante dos resumos, títulos e palavras-chave dessas produções, em sua maioria (60,7%) oriundas da área da educação e sociologia.

Durante a leitura os dados foram apresentando características importantes que, muitas vezes, não apareciam de imediato, mas que compunham aspectos essenciais para compreender o desenvolvimento das produções. Evidenciou-se que existe um esforço e reconhecimento da relevância de se apresentar e construir conceitos a partir das categorias principais. Às vezes, uma mesma categoria apresentou diferentes concepções, por exemplo a “participação” que ora restringia-se a “estar presente” e em outras produções aparecia como “processo interativo e transformador”. Além disso, esses conceitos, ao serem articulados com determinada concepção, também se vinculavam a um determinado projeto societário. Este último se expressou através do investimento em estabelecer a filiação teórico-metodológica e ético-política determinada pelas correntes filosóficas, o que se expressou na apresentação da metodologia aplicada e seu suporte teórico, ou através da

concepção de categorias consideradas importantes ou, também, pela escolha de determinados autores como referência.

Identificou-se que poucas produções tratam diretamente de processos de formação política, a qual aparece mediada por temas relevantes em que este é um dos aspectos mencionados e em grande parte nem mesmo é o mais importante. Os processos de formação política se mostram muito presentes, porém nem sempre com essa nomenclatura e nem sempre abarcando o conjunto de processos necessários para determiná-lo, conforme utilizado nesta dissertação. Na maior parte das produções há alguns dos processos formativos, mas não estabelecem, em sua ampla maioria, a relação com a concepção integral de formação política aqui problematizada, ou seja, ela se mostra fragmentada nas produções com seu processo diluído em partes que, muitas vezes, não se conectam. Alguns dos conceitos utilizados para expressar o desenvolvimento de processos formativos políticos foram: politização; formação política; educação política; educação informal; ação educativa; reflexão; exercício do pensar e agir; formação de trabalhadores; práxis educativa; educação popular; formação humana; educação para transformação social; diálogo; educação não escolar; problematização da realidade; educação dialógica; prática avaliativa formativa; projeto civilizador liberal (educação de adultos no Brasil Império por educadores ligados ao movimento abolicionista); conhecimento e transmissão do conhecimento; formação sócio-política (promovida no cotidiano e daquela defendida); práxis político-pedagógica; partilha de saberes; prática educativa libertadora; educação comunitária (saber comunitário como aquele produzido pelo povo ou ainda aquele somente produzido dentro da comunidade); formação de militantes.

Um elemento importante é o lugar em que se desenvolvem esses processos e a metodologia desenvolvida. Na leitura é possível compreender que esses aspectos são secundários e, por isso, não aparecem nos resumos, sendo interessante buscá-los em uma leitura mais aprofundada das produções. Porém, alguns desses elementos já foram apresentados: universidade popular; espaços educativos não formais; escola pública; apresentação de contribuições de práticas pedagógicas específicas; teatro do oprimido; psicodrama pedagógico; vivência formativa. Ainda sobre o desenvolvimento dos processos formativos apareceram alguns componentes relevantes, como uma vontade em se superar a dicotomia teórico-prática a partir da relação intrínseca entre o pensar e o agir, ainda que não

se coloque explicitamente como esta se estabelece, mas a tem como norte. Dentre as produções foi recorrente o debate sobre a influência do processo educativo na reprodução da classe trabalhadora e a centralidade de produções sobre o sujeito da ação educativa (educador ou professor).

Nessa leitura se encontrou muitas daquelas categorias que são importantes para o conceito de formação política, porque a compõem como processos sociais fundamentais. Considerando-se que a formação política pressupõe uma ação imediata na consciência, esta aparece nas produções como elemento definidor, inclusive uma delas se concentra em construir instrumentos de avaliação para identificar e nivelar o processo de transformação dos sujeitos. Essa transformação é definida a partir do desenvolvimento dos processos de conscientização que aparecem como: consciência política; conscientização; libertação política (consciência de si, dos outros e da realidade); produção de consciência ética, política, social, participativa e coletiva. A participação e organização social, que completam a tríade da formação política, são o ponto principal que explica a necessidade do desenvolvimento de uma consciência crítica. Esses processos sociais aparecem nas produções da seguinte forma: participação; participação política; participação coletiva; mobilização social; organização; organização social; transformação social; metodologia para trabalho com as massas; influência para mudança de atitude; engajamento político; ativismo político; limites a participação popular; representação sociopolítica. A categoria que atravessa todos esses processos é a cultura e ela se faz muito presente nas produções que, por vezes, discutem essa categoria descolada dos demais processos. Aparecem algumas ramificações da categoria (cultura política, cultura popular), e alguns elementos importantes definidos através do desenvolvimento da cultura: imaginário do fazer política; diversidade cultural; patrimonialismo; clientelismo.

Algumas categorias emergem das produções, aparecendo, muitas vezes, e se relacionando diretamente com as categorias centrais do processo formativo e, por isso, se destacam. Junto das categorias alguns conceitos têm presença recorrente: empoderamento; empoderamento social; poder (conquista e disputa); liderança (perfil); liderança social; emancipação; autoemancipação; protagonismo; cidadania; inclusão social; justiça social; preconceito; exclusão social; movimentos sociais; movimento político; solidariedade; relações de opressão; aspectos emocionais; associativismo; socialização. Alguns elementos emergem, não como categorias,

mas como processo contemporâneo, o qual se apresenta nas produções, ainda, como uma novidade: mídia, mídia alternativa, internet como meio de formação política e ativismo digital. Esse último como uma esfera de participação e engajamento virtual, porém não aparecem no debate as possibilidades e limites desse tipo de participação ultrapassar os limites virtuais e se estabelecer na interação social entre os sujeitos sociais e coletivos.

Essas categorias, todas, conceitos e processos sociais vão se revelando em meio a uma trama de histórias e reflexões. Fica evidente que a ampla maioria atem-se à discussão do papel do Estado, sua ideologia, revelando os conflitos de classe frente à sociedade capitalista e a ideologia de grupos de resistência ao capitalismo e neoliberalismo. Nesse caminho vai surgindo um processo de negociação entre governo e sociedade civil que se estabelece, em grande parte, através das políticas públicas. As práticas conselhistas com foco na fiscalização de recursos financeiros públicos e ainda os orçamentos participativos se mostram em evidência como grande motivação para a participação social e engajamento político. Essas práticas são permeadas pela ideia de descentralização da gestão pública e gestão democrática, contudo, continuam vinculadas principalmente à fiscalização e à deliberação de recursos, sem que isso se expanda para o restante da gestão que acumula processos decisórios importantes e que define a direção social e política dada às políticas públicas. Assim se estabelece e consolida o controle social também compreendido como controle público. É necessário destacar que o conceito de controle social é inserido nas produções sob dois pontos de vista bem específicos: a ideia de participação social e popular e, de outro lado, a ideia de servir como aparelho repressivo e moral estatal para o controle ideológico das massas.

Fica evidente o reconhecimento e demanda por direitos, seu atendimento pelo Estado e a aferição da qualidade dos serviços prestados. Nesse processo emerge a perspectiva de avaliação dos governos, instituições e organizações a partir do acesso e garantia de direito pela população usuária. Essa discussão se torna importante frente ao tema da formação política quando é levantada a demanda por formação ou educação para o exercício do controle social (aqui relativo ao processo de participação social e popular), principalmente para conselheiros da sociedade civil e de organizações sociais que tomam acento nesses espaços. Essas reflexões são propostas que trazem esses processos como elementos cruciais para o desenvolvimento da democracia, através da constituição da esfera pública de

mediação em que ocorre a democratização da gestão e das políticas públicas sociais, solicitando o exercício de uma democracia participativa e deliberativa.

O levantamento bibliográfico sobre o tema para fins de construção do projeto de pesquisa e adensamento desta dissertação revela que a maior parte das produções sobre a formação política estão na área da educação e sociologia/ciência política, que vem a se confirmar na análise dos dados da pesquisa. Essa é a grande motivação para se aprofundar as produções da área do Serviço Social. É evidente que o trabalho do Assistente Social e a própria formação articulam processos formativos de caráter político, todavia esses não parecem ter sido incorporados como parte do trabalho profissional ou como um aspecto do desenvolvimento da formação e da produção do conhecimento, considerando-se o escopo da pesquisa. A partir da análise dos dados das produções do Serviço Social se identifica que alguns aspectos se mostram muito semelhantes, contudo, há particularidades que requerem maior aprofundamento. Considerando-se as categorias levantadas no projeto, a busca no Banco de Teses da CAPES ofereceu 36 registros. Inicialmente, encontraram-se 17 registros, sendo 14 dissertações e três teses, relativos às categorias levantadas no projeto de pesquisa. Ao introduzir a categoria controle social para a coleta encontraram-se mais 18 registros, finalizando 15 dissertações e três teses.

Na coleta dos dados foram buscadas aquelas produções que apresentavam no título ou nas palavras-chave as categorias da formação política. Essa escolha ocorreu pela compreensão de que são espaços que aglutinam a essência do conhecimento construído no trabalho, assim estabelecendo os alicerces em sua análise. A partir dessa sistematização elaborou-se o Quadro 1 – Incidência de categorias nos títulos e palavras-chave, conforme segue:

Quadro 1 - Incidência de categorias nos títulos e palavras-chave

CATEGORIA	RECORRÊNCIA
Educação Popular	2,7%
Organização Política	2,7%
Participação (Política, Popular, Social)	52,7%

Fonte: sistematizado pela autora

Evidencia-se que a área do Serviço Social vem se debruçando sobre o debate da participação, contudo, esse não se articula na mesma proporção com desenvolvimento educativo e organizativo que dá materialidade aos processos de formação política. Nesse mesmo fio de análise é possível vislumbrar que a participação vem associada a outras categorias importantes. O controle social aparece em maior proporção, materializando a relação que se estabelece na inserção nos canais de participação como pressuposto para uma prática democrática de intervenção na esfera pública estatal, por isso mesmo a democracia vai aparecer com centralidade em parte das produções. Vão aparecer, também, como categorias importantes, a cultura política, hegemonia e sociedade civil, mas em menor quantidade, o que pode ser verificado no Quadro 2, o qual se sistematizam as principais categorias que emanam dos títulos e palavras-chave:

Quadro 2 - Principais categorias que emanam dos títulos e palavras-chave

CATEGORIA	RECORRÊNCIA
Controle Social	52,7%
Cultura Política	8,3%
Democracia	19,4%
Hegemonia	8,3%
Poder	5,5%
Sociedade Civil	8,3%

Fonte: sistematizado pela autora

Considerando-se todas as categorias apontadas, foram ausentes nas produções: consciência (política), conscientização, educação (política, social) e politização. Algumas categorias contribuem para a contextualização do conceito de formação política. O controle social aparece com muita incidência pelo fato de o trabalho do assistente social estar muito vinculado às políticas sociais, voltado ao estudo da relação com o Estado. A cultura política, abarcando um conjunto de valores produzidos no conflito de classe, aparece como elemento conformador dos processos de formação política, independente da sua filiação ideológica. A

sociedade civil, ao aparecer somente confirma a relação estabelecida na ditadura militar e fortalecida na luta constitucional que vincula a participação democrática a sociedade civil em uma perspectiva de protagonismo. O poder e a hegemonia trazem à discussão a correlação de forças em uma perspectiva do conflito de interesses presentes nos espaços de participação.

A relação direta entre participação/organização e democracia ocorre justamente pelas primeiras terem sido reivindicadas no período de redemocratização, pós-repressão militar na ditadura. Como foi na Constituição que isso se materializou, as referências de participação ocorrem todas nessa esfera, contudo, reduz o processo participativo e democrático para a inserção nos espaços de controle social do Estado. A participação e a organização social aparecem como definidoras de uma situação de democracia, porém, as ações de participação social e até mesmo de organização podem ser pautadas em relações autoritárias, de submissão de um grupo ao outro, promotoras do aprofundamento da alienação e fragmentadoras da organização coletiva. Esses aspectos que conformam a contradição inerente ao processo não aparecem nas produções.

No intuito de evidenciar a fundamentação teórica das produções, e analisar os resumos a fim de responder aos questionamentos desta pesquisa, utilizou-se como critério de exclusão ter pelo menos uma das categorias centrais do conceito de formação nas palavras-chave. Logo, esse contingente totaliza 18 dissertações e três teses, nas quais se buscou a produção integral, a fim de trabalhar com as referências bibliográficas que fundamentam essas fontes. Para tanto, a busca se realizou através de meios virtuais, fosse na biblioteca depositária ou através dos mecanismos de busca geral na internet. Nesse processo, constatou-se que 10 produções estão disponíveis somente em meio impresso na biblioteca dos Programas de Pós-Graduação, todas fora do estado do Rio Grande do Sul, dificultando o acesso da pesquisadora. Destas, para uma existe o link virtual que ao abri-lo se encontra a dissertação de outra pessoa e ainda uma outra não está completa, faltando vários capítulos e as referências. Portanto, restaram, 11 produções para compor o corpus de análise, totalizando duas teses e nove dissertações (ver Apêndice B – Produções do Serviço Social Disponíveis para Análise).

Para analisar a fundamentação teórica utilizada nas produções, o critério de exclusão foi a incidência de um mesmo autor em pelo menos 30% das produções,

totalizando 13 autores e suas respectivas obras, formando o corpus de análise de 28 publicações (ver Apêndice C – Principal Fundamentação Teórica das Produções). Observando-se a formação acadêmica dos autores, a fim de identificar as áreas de concentração dessa produção, constatou-se que 46,1% tem formação de graduação no Serviço Social; 38,4%, nas Ciências Sociais; e 7,5% são da área do Jornalismo e do Direito. Já, na Pós-Graduação, enquanto espaço privilegiado da pesquisa e da construção do conhecimento (considerando-se mestrado e doutorado, alguns com as duas titulações e outros apenas com uma), evidencia-se que a maioria é do Serviço Social e da Ciência Política com 61,5% cada, seguidos com 53,8% das Ciências Sociais. Fora desse escopo ficaram autores importantes e com acúmulo no debate, por exemplo, Marx que aparece em três produções somente, ainda que o Projeto Ético-Político Hegemônico vinculado à Teoria Social Crítica tenha embasamento na obra marxiana. Refletindo-se acerca do tema das obras que fundamentam as produções, elaborou-se o Quadro 3 – Categorias com maior incidência na fundamentação teórica:

Quadro 3 - Categorias com maior incidência na fundamentação teórica

CATEGORIA	QUANTITATIVO DE OBRAS
Democracia	23,6%
Sociedade Civil	23,6%
Participação	17,2%
Política Pública e Política Social	16,3%
Estado	14,5%
Movimentos Sociais	13,6%
Conselhos	10%
Esfera/espço Público	10%
Capitalismo, Neoliberalismo e Globalização	9%
Cidadania	7,2%
Controle Social	6,3%
Serviço Social	5,4%
Questão Social	3,6%

Fonte: sistematizado pela autora

Considera-se, a partir do Quadro 3, que os conceitos de democracia, sociedade civil, participação, políticas sociais públicas e Estado que aparecem nas análises das palavras-chave, títulos e resumos mantêm uma coerência com a primazia na fundamentação. Todavia, o debate sobre o controle social que toma 63,6% das produções aparece especificamente em apenas 6,3% das bibliografias referenciadas. As obras que trabalham o debate em torno das práticas conselhistas e da esfera/espço público totalizam 20%, portanto, é possível considerar que o tema do controle social é mediatizado por essas três categorias, totalizando 26,3% das obras. Impressiona que as referências bibliográficas concentrem 13,6% dos debates relacionados a movimentos sociais e estes não apareçam nas análises dos resumos como processo social desenvolvido nas produções. Considerando-se a conjuntura em que se produzem e reproduzem os espaços de participação, e em que surgem e se consolidam as políticas sociais, ter somente 9% das obras referenciando essa temática é preocupante, contudo, este é um dado ainda incipiente para maiores generalizações, devendo ser interpretado como um sinal de alerta que já se evidencia como um desafio. Mais preocupante ainda é a pouca interlocução com os fundamentos do Serviço Social e com o objeto de intervenção, especialmente porque são orientados hegemonicamente pela teoria dialético-crítica. As categorias Serviço Social e questão social aparecem em apenas 5,4% e 3,6% das obras respectivamente, o que também mantém coerência com a análise dos resumos porque não aparece o debate em torno do trabalho do assistente social ou da vinculação da profissão com essas categorias.

No que tange à presença da formação política nas produções do Serviço Social considera-se que aparece de forma superficial. Em uma primeira leitura das 36 produções na área alguns conceitos são trazidos nos resumos, ainda que não tenham um papel central na discussão, apareceram os processos de conscientização, consciência crítica, educação política e cultura contra-hegemônica. Esses conceitos são articulados à participação como favorecedores dela, além de serem abordados como ferramentas para qualificação e ampliação desse processo. Buscando aprofundar essas questões, parte-se para a análise dos resumos, dentro dos critérios de exclusão já referenciados e utilizados nas análises da fundamentação teórica das produções.

Os processos educativos aparecem em 54,5% das produções em análise e, destas, 33,3% estabelecem relação entre o processo educativo e a participação. Um dado importante é que na busca pelas categorias articuladas à formação política não foram encontradas produções que trabalhassem a dimensão pedagógica. Isso implica o questionamento: que categorias estão associadas a esse debate? Outro aspecto a ser problematizado é porque a dimensão pedagógica não é associada ao debate majoritário do controle social na perspectiva da instrumentalização dos sujeitos para participação nesses espaços, pois em nenhuma o Serviço Social é relacionado à necessidade de os sujeitos se educarem para ocupar esses espaços de participação. O conhecimento requerido, na maior parte das produções, diz respeito ao próprio funcionamento dos Conselhos e da política social. Portanto, a formação política parece ser secundarizada no âmbito dessa discussão. Estabelece-se a relação entre conhecimento e capacidade de tomada de posição em que o acesso à informação aparece como possibilidade de desenvolvimento de consciência crítica e para dar subsídio às demandas levantadas pelos segmentos através de seus representantes.

Já, a dimensão da organização social aparece somente em 36,3% das produções, ainda inexistindo, na amostra, a relação com o trabalho do Assistente Social ou com o compromisso profissional da categoria. Nas produções em que a organização social aparece está relacionada ao desenvolvimento da representação, revelando limites e desafios à organização popular para levar suas demandas a esses espaços. Um tópico importante é a relação com a centralização do poder de representação. Em algumas produções constatou-se que os representantes dos segmentos são sempre os mesmos, oscilando entre titularidade e suplência, ressaltando as dificuldades em democratizar os espaços de participação via controle social na perspectiva da ampliação da cidadania.

A categoria participação oferece mais elementos ao debate, pois está na grande maioria (81,8%) das produções. A relação entre participação e democracia aparece em 44,4% das produções, confirmando a relação já mencionada. A categoria é definida a partir da influência que tem sobre a implementação e desenvolvimento das políticas sociais. Aquelas que buscam identificar os elementos que impactam a participação totalizam 44,4% e apresentam preocupação com a investigação dos limites e desafios à participação, sendo sinalizado como um dos limites presentes na lógica neoliberal que toma conta da cena contemporânea. Ainda

pensando sobre participação foi possível evidenciar algumas características levantadas nas produções: a separação entre a presença da população e sua participação efetiva; a “modalidade” de democracia como definidora das possibilidades de participação; o estabelecimento de uma nova dimensão de participação social e controle social a partir da Constituição de 1988; e dependência de estímulo, ou seja, a iniciativa de participar vinculada à mobilização do sujeito, frente ao que lhe dá sentido à ação; e a identificação de uma situação ideal em que se realiza a participação como elemento da relação entre Estado e sociedade civil, vislumbrando um processo deliberativo pautado em relações horizontais e colaborativas.

Um elemento importante, mas ainda pouco trabalhado nas produções, é a correlação de forças que aparece em 22,2% das produções analisadas. Falar sobre Formação Política é falar de correlação de forças, pois seu produto é eminentemente político no nível do pensamento e da ação, portanto, inserido nos processos de contra-hegemonia por estar a serviço de um projeto emancipatório e democrático. A hegemonia como categoria aparece nas palavras-chave e nos títulos, todavia não relacionada à correlação de forças nas produções em que aparece esse debate. Evidencia-se que esse debate é exaltado através da falta de poder dos grupos populares frente aos governos e iniciativa privada, considerando-se, para tanto, a capacidade de articulação e os privilégios de alguns grupos em sua relação com os governos. O ponto principal levantado diz respeito à descrença e à deslegitimidade. Descrença vinculada ao próprio sujeito que, ao analisar os produtos da participação, não identifica influência no desenvolvimento da política. Se a participação vem vocalizar interesses e necessidades dos sujeitos, ao desacreditar no espaço participativo o sujeito também desacredita das possibilidades de transformação pela via da participação e organização social, ou seja, enfraquece o espaço público e as ações coletivas. Já, a deslegitimidade é citada como postura assumida pelos governos e iniciativa privada, aparecendo como bloco hegemônico de interesses. Essa caracterização confirma que, para as classes dominantes, os espaços participativos de caráter democrático não têm respaldo para decidir. E que esse tipo de participação tem sido utilizada para legitimar decisões verticais via cooptação e manipulação, muitas vezes servindo a intenções contrárias às da classe trabalhadora. O debate provocado até este momento sinaliza para a ideia de ausência de saber dos grupos populares pela falta de educação formal na

perspectiva de valorização da intelectualização na esfera do trabalho, ou, ainda, expressando a mistificação e preconceito pela ideia de que a organização popular está voltada à desordem e à vagabundagem como características do pobre. Por fim, a análise dos dados ressalta as formas perversas em que se concretiza o conflito de classe, o que só amplia a necessidade de fortalecer os processos de formação política crítica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo da formação socio-história do Brasil contribui para a compreensão da totalidade social ao possibilitar mediações importantes com o tema da formação política, penetrando nos fenômenos para que se possa olhar a partir de suas dimensões política, social, econômica e cultural. Essa apreensão é sempre parcial, o que requer o contínuo desvendar dos fenômenos à luz da totalidade. Os elementos encontrados ainda apresentam uma visão parcial do processo histórico, pois se detêm na reflexão dos condicionantes do processo formativo.

Este estudo também foi fundamental para interpretar a cultura política, base da formação política, compreender o processo histórico brasileiro, superando a ideia da chegada dos portugueses como descoberta do Brasil, quando se desconsiderou toda a população indígena que vivia no país; foi, portanto, olhar para o fenômeno com outros valores, ressaltando os processos de luta dos indígenas contra a invasão portuguesa de finalidade exploratória para fins de extração de riquezas. Desse modo, há o reconhecimento do processo de catequização como primeiro esforço “educativo” voltado ao adestramento dos índios na tentativa de capturar sua força física e espiritual. A chegada dos escravos negros representa não só um aspecto importante da história do Brasil, como define, sobremaneira, a identidade da população através de seus ritos culturais. As relações interpessoais que se processaram entre os portugueses, índios e negros estão marcadas na cultura e na política atual.

A política brasileira, forjada desde o início pelos filhos dos fazendeiros na defesa dos interesses da classe dominante, servia para estabilizar o seu domínio. Tais relações apresentavam uma noção do poder familiar para além da esfera doméstica, mas que estabeleceu raiz para a valorização dos interesses privados em detrimento dos públicos. Valores construídos na esfera doméstica se tornavam regras para o conjunto da sociedade, revelando a invasão do Estado pela família. Esse processo acabou por configurar a gestão política baseada nos interesses privados e com representantes escolhidos pela confiança pessoal em detrimento da capacidade para tal exercício, reforçando o traço personalista. A ideia de autoridade e poder vinda da sociedade patriarcal e aristocrática cultuava a qualidade da inteligência como atributo intransferível conferido aos escolhidos para além da hereditariedade.

Em âmbito econômico é importante destacar como marco a produção do café que, a partir das necessidades vinculadas à ampliação das atividades manufatureiras para confecção de mercadorias de consumo e produção, facilitou o processo futuro de industrialização que vinha se formatando entre o final do século XIX e início do século XX. Para o seu desenvolvimento foi necessária a constituição de largo contingente de mão de obra, ensejando a abolição da escravatura. Tal evento deve ser observado sob dois prismas inseparáveis: o da conquista da liberdade pelos negros e o da ampliação do processo de exploração dessa mão de obra. Assim, inaugura-se a pobreza como dimensão das relações sociais pertencentes ao desenvolvimento capitalista a partir da passagem dos escravos das senzalas para os trabalhadores que habitam as favelas.

A crise de 1929, ao atingir o Brasil, exigiu respostas político-econômicas, as quais diluíram os prejuízos com o conjunto da população, mantendo a acumulação das classes dominantes. A produção de base taylorista/fordista separava as funções de planejamento e execução, contribuindo para o distanciamento do trabalhador do produto por ele produzido, com a remuneração por produção que requisitava o trabalhador-massa. Então, o trabalhador despejou toda sua força de trabalho no objeto, tornando-o poderoso de tal forma que lhe é estranho ao passo que quanto mais força e trabalho coloca no objeto, mais barato é seu trabalho e mais forte é o mundo das coisas. Com a demanda por mão de obra para as fabricas iniciou um intenso êxodo rural, os trabalhadores não absorvidos passaram a constituir um exército industrial para reserva de força de trabalho a ser explorada e que já servia como ameaça subliminar aos trabalhadores empregados.

Concomitante ao início do capitalismo também surgiu a organização dos trabalhadores para reivindicar condições dignas de trabalho e de vida, estabelecendo a luta de classes. Nesse conflito, a cooptação de lideranças e a criação de consensos era estratégia das classes dominantes para abafar o protagonismo da classe dominada nas lutas sociais. Foi nesse cenário que surgiram as políticas públicas, com caráter contraditório entre o atendimento das demandas da classe trabalhadora e a necessária passivização de seu potencial reivindicatório pela classe dominante, ou seja, atendendo também aos interesses do capital. O Serviço Social vai surgir como profissão a dar resposta às ações de cunho social que visam a atender as demandas sociais dos trabalhadores, tensionada pelo conflito de classe. Tem, a partir daí, sua intervenção na reprodução das relações

sociais como reprodução dos modos de vida e da própria organização do trabalho. Nesse momento, a intervenção profissional, baseada na coerção, se pautava pela perspectiva do tratamento social, considerando os beneficiários como desajustados.

Um importante momento histórico do Brasil foi forjado na Ditadura Militar, quando as políticas sociais se solidificaram e se transformaram em medida compensatória para a restrição dos direitos civis e políticos, reforçando sua vinculação ao abafamento das lutas sociais. Dentre os diversos aspectos negativos da ditadura militar é possível ressaltar a perda das lideranças e do referencial dos grupos organizados com sua morte e exilamento. O intenso movimento de organização e participação dos grupos era acompanhado por reflexões em torno da realidade vivenciada nesse período, constituindo os primeiros processos formativos.

Esse momento de mobilização e militância política na sociedade impactou os assistentes sociais, conduzindo a questionamentos sobre a identidade e o significado social que assumiam frente às demandas em conflito, o que exigiu um repensar teórico, metodológico, ético e político. Esse processo vai ser chamado de Movimento de Reconceituação, que se processou pela ampla discussão da categoria em encontros centralizados e descentralizados que agregavam abordagens técnico-operacionais, metodológicas e ligadas ao perfil socio-técnico do assistente social. O grande marco desse movimento da categoria foi o Congresso da Virada, quando o acúmulo teórico-político refletiu-se na tomada de posição, reconhecendo o assistente social como trabalhador na defesa dos interesses dos trabalhadores. Esse processo de repensar questionava as perspectivas teóricas até então utilizadas pela categoria, ganhando destaque a dialética marxista. Em um primeiro momento, com ênfase estruturalista, isso se materializou pela via da exaltação da militância política, com a conseqüente negação das instituições. O amadurecimento teórico-metodológico e ético-político dos profissionais contribuiu para a construção de estratégias que articulassem a organização político-social e o desenvolvimento técnico-operativo do seu trabalho, conseguindo identificar, nas instituições, um espaço de disputa em que era possível estabelecer articulações para o movimento de resistência. Mais importante que situar a forma com a qual os Assistentes Sociais realizaram a crítica sobre a identidade e o significado social da profissão, é perceber esse movimento entre as reflexões coletivas e ampliadas ligadas a sua participação política pela via da organização da categoria. Uma análise do processo evidencia que a dinâmica do Serviço Social desenvolveu os processos

de formação política não só na sua organização interna, pois realizava mediações com os movimentos mais amplos da sociedade e influenciava o desenvolvimento das dimensões do trabalho profissional, mas também a forma com que pautava sua intervenção junto as políticas públicas.

A decadência da ditadura militar, com a vitória dos grupos populares de resistência, veio com o impacto da crise estrutural do capital que iniciou por volta da década de 1970. A saída da crise requereu a reestruturação da base produtiva com a flexibilização da gestão da força de trabalho a partir do trabalhador multifuncional, contrapondo-se à separação do planejamento/execução processada no padrão anterior de produção. Ainda que as medidas das políticas públicas não fossem suficientes para a retomada das taxas de lucro, elas eram requeridas, considerando-se a necessidade de revisão do papel do Estado no processo de acumulação. As transformações na base de produção incluíram novas tecnologias que, associadas à flexibilização da força de trabalho, promoveram o fechamento definitivo de muitos postos de trabalho, aumentando o desemprego, a desigualdade social e a pobreza, além de acentuar a alienação. O trabalho *full time*, favorecido pelas novas tecnologias, fez com que o profissional estivesse ao alcance de um “click”. A caracterização do trabalho multifuncional, mais do que um perfil profissional foi a acentuação da exploração em que um trabalhador realizava a função de outros três, quatro ou cinco trabalhadores, aumentando a demanda por trabalho e ampliando a concorrência.

Com a abertura política e a redemocratização do país, a década de 1980 foi marcada por esses dois processos antagônicos que novamente deram visibilidade à luta de classes. De um lado, a conquista política dos trabalhadores que estiveram resistindo à opressão militar; de outro, a intensificação do processo de exploração, degradando cada vez mais as condições de vida da população. Nesse momento, muitos movimentos sociais saíram da clandestinidade e vários outros foram constituídos, quando as iniciativas de educação popular e trabalho de base foram retomadas abertamente, contribuindo para a construção do movimento em torno da luta constitucional. Esse movimento consolidou a organização da sociedade para a inclusão de direitos sociais, civis e políticos.

Na Constituição Federal de 1988 inaugurou-se a abertura de canais de participação popular, todavia, a soma de interesses divergentes na luta constitucional não tinha a intenção de superar o capitalismo, mas visava a melhoria

das condições de vida para a maioria da população nos marcos do modo de produção vigente. O tensionamento das políticas sociais gerado pelo referencial neoliberal repercutiu na contra-reforma do Estado com a redução do seu papel no provimento dos direitos sociais, portanto, na contramão da Carta Magna. A influência dos organismos internacionais na concepção de política social foi sentida pela focalização e seletividade que nortearam, a partir daí, as ações do Estado. Logo, se de um lado houve garantias legais, de outro a sua execução ficou comprometida, apresentando um Estado de não garantia de direitos, de desresponsabilização e mercantilização dos direitos conquistados até então, aumentando a desigualdade social. O próprio entendimento de desigualdade foi relacionada a um efeito natural da pobreza concebida como fenômeno absoluto para o enfrentamento do qual emanam os apelos à solidariedade na passagem das responsabilidades para família e comunidade, relegando ao Estado papel complementar. A centralização cada vez maior da riqueza socialmente produzida evidenciava o crescimento da desigualdade e da pobreza como dimensão fundamental para a perpetuação e desenvolvimento do capitalismo, evidenciando a Lei Geral da Acumulação Capitalista, identificada por Marx.

Frente a esse cenário, a década de 1990 foi marcada pela retração das práticas coletivas por um conjunto de fatores que articulavam aspectos políticos, sociais e econômicos. O alcance mundial desse ideário vem com a globalização que, contraditoriamente, não mundializa as lutas sociais. A perda do referencial e das lideranças durante o período da ditadura militar contribuiu para o esfacelamento de alguns dos grupos de resistência no período de redemocratização. A questão da inclusão de canais de participação e da captura dessa demanda pelo projeto conservador também provocou a falsa ideia de que haveria um amplo processo democrático, deslegitimando ações contestatórias ou ainda ações de formação de base. O mais perverso está no próprio aprofundamento do processo de exploração e opressão pautado no ideário neoliberal, causando o esgotamento total dos trabalhadores que são capturados pelos processos de alienação.

Esses são alguns dos elementos importantes para a compreensão da conjuntura histórica que se vive na contemporaneidade. Aspectos percebidos como a caracterização personalista das relações, o uso da educação como ferramenta para o adestramento dos sujeitos e a desvalorização da cultura e do saber popular, a exemplo dos índios e negros, são resquícios do pré-capitalismo que se

aperfeiçoaram. A concentração da riqueza e do poder também são processos anteriores, mas que se intensificam com o capitalismo. O acirramento da desigualdade social e da pobreza são promovidos pela “qualificação” do processo de produção pautado no aprimoramento das formas de exploração da mão de obra. O processo de resistência impetrado pela classe trabalhadora também é respondido com novas estratégias do capital. Além do desenvolvimento da alienação pela via do trabalho, ainda há a fabricação dos consensos forjados na cooptação de lideranças e na coerção via construção da legitimidade do sistema pela via da disseminação de valores sociais. A intencionalidade é dividir e abafar a luta dos trabalhadores, colocando-os uns contra os outros. O capitalismo é tão perverso que captura o corpo e a mente dos sujeitos, imobilizando-os para os enfrentamentos necessários. E aí se encontra a questão social, objeto de intervenção dos Assistentes Sociais, entre a desigualdade e a resistência no conflito de classe. O trabalho profissional vai se pautar no enfrentamento das desigualdades a partir do fortalecimento das estratégias de resistência. Logo deverá intervir nas condições materiais de existência e no desenvolvimento da emancipação política, considerando-se os limites do capitalismo para tanto.

O impacto subjetivo do capitalismo vai influenciar a compreensão de mundo pelos trabalhadores e o seu potencial de resistência. Por esta razão delibera-se pela alienação como fio condutor da compreensão da formação político-social promovida no capitalismo, que se estabelece à medida que o trabalho — atividade vital do ser humano — é subjugado a meio para satisfação apenas de suas necessidades de sobrevivência. Abafa, assim, o potencial criador do ser humano, roubando-lhe a consciência e contribuindo para a naturalização e a banalização da questão social. Sua reprodução é a reprodução ampliada das relações sociais e da ideologia dominante que definem os valores da sociabilidade capitalista. Se a alienação é processo que ocorre no âmbito da consciência, é a partir dela que se abrem as portas para sucessivas aproximações do real quando de maneira processual os sujeitos possam efetivar o seu processo de desalienação. Esse é um caminho em que a mediação da singularidade, particularidade e universalidade vai propiciar o desvendamento da totalidade social. A consciência sobre a realidade é permeada pelo modo como nela se inserem os sujeitos. Passa pela sua vivência e pelas condições em que se realiza a vida, sendo influenciada pelas relações que os

sujeitos estabelecem com essa realidade no plano individual, grupal ou humano-genérico.

Compreendendo que os seres humanos só desenvolvem a consciência na interação com outros seres humanos, como condição para o desenvolvimento humano integral, a participação e a organização social são dinâmicas que fortalecem e alimentam o processo educativo. A perspectiva de construção de processos de conscientização que trabalhem pela via da consciência crítica e social passa por essas mediações que são feitas na convivência, na interação entre os sujeitos e o mundo. O processo de educação, na perspectiva da formação política, deve oferecer os subsídios necessários para que os sujeitos possam, ao se defrontar com a realidade, analisar e avaliar a conjuntura para tomar posição e atitude estratégica para atingir os objetivos de sua ação.

Esta pesquisa limitou-se à análise das produções do Serviço Social nos anos 2011 e 2012 por questões de acessibilidade do sistema da CAPES. Dessa forma, a produção na área, a partir das categorias do conceito de formação, é muito maior, todavia não foi possível analisá-la. Por outro lado, os dados, por revelarem os caminhos da produção na contemporaneidade, colaboram para uma visão atual dos desafios postos aos Assistentes Sociais.

O conceito de formação política aparece nas produções do Serviço Social ainda de maneira superficial, devido a falta de articulação evidenciada entre suas categorias. A participação, os processos educativos e a organização social aparecem como preocupações, mas não como parte do trabalho profissional, ou seja, não se relaciona com a intervenção do Serviço Social. A formação em Serviço Social acentua esses processos sociais como processos de resistência vinculados aos fundamentos do Serviço Social e se relacionam intrinsecamente com os princípios do Código de Ética. Nesse sentido, fica o desafio de compreender por que as produções não têm tratado desse tema. Será verdade que os profissionais não realizam esses processos em sua intervenção? Esta pesquisa não dispõe de dados suficientes para avançar nessa direção, mas essa inquietação se consolida como produto das reflexões propiciadas pelos dados.

Os fundamentos das categorias participação e organização social, mediatizados pelos processos educativos, trouxeram elementos importantes sobre a concepção e apreensão pelo Serviço Social de tais categorias. A participação aparece, na maioria das produções, tendo como finalidade influenciar as políticas

sociais o que, mesmo sendo relevante, é um objetivo restrito, se considerada a finalidade de transformação. Articula, portanto, a capacidade dos grupos levarem suas demandas aos espaços de controle social, tendo como finalidade intervir nas mesmas a favor dos trabalhadores, podendo incidir sobre as condições de vida pela via do melhor acesso aos bens e serviços sociais. As produções não apresentam relação entre a participação e a organização social. Esta última é identificada em um pouco mais de um terço das produções, porém centrada na questão da representatividade. Sua abordagem versa muito mais sobre a capacidade de os grupos se organizarem para representar seus distintos seguimentos nesses espaços do que no sentido de uma organização geral do contingente de trabalhadores. Já, os processos educativos são relacionados à questão da participação em um terço das produções, mas sua incidência é revelada em metade das produções, mesmo assim, limitou-se à questão do acesso à informação restrito ao funcionamento dos Conselhos, ou seja, articulado as necessidades do melhor desenvolvimento no espaço de participação. Essa é uma questão muito relevante, todavia há um arcabouço de saberes importantes para a análise da realidade que não são pontuados nas produções. A relação com a dimensão socioeducativa do trabalho profissional não é evidenciada neste debate, não constando qualquer vinculação com a intervenção profissional.

A centralidade das produções no tema das políticas públicas sociais, na esfera do controle social, reforça o investimento do Serviço Social nos debates em torno da relação com o Estado em uma perspectiva de fortalecimento da esfera pública. Esse debate é caro à categoria e muito relevante, que toma força após a Constituição. Na fundamentação teórica das produções aparece, de forma clara, a utilização de obras que aprofundam os temas ligados à democracia, sociedade civil, participação, políticas sociais e Estado. As obras abordam o tema dos movimentos sociais de maneira expressiva, se levada em consideração a abordagem das demais categorias utilizadas, todavia, as produções não trazem essa relação entre controle social e participação dos movimentos sociais. A ampla produção da categoria sobre esse tema se torna mais evidente à medida que existe uma equivalência entre autores do Serviço Social, das Ciências Sociais e da Ciência Política, utilizados como parte da consulta. Considerando os autores do Serviço Social, a maioria trabalha sob a perspectiva crítica com as obras marxianas; todavia, o próprio Marx aparece somente em três produções.

Algumas inquietações surgem da análise dos dados, lançando questionamentos e identificando desafios ao trabalho profissional no desenvolvimento de processos de formação política. Considerando-se o caráter contraditório da política social pública é importante reconhecer que sua implementação não se efetiva a partir de uma receita técnica, em verdade expressa a todo o momento a disputa em que está inserida. A concepção de política social está associada ao compromisso ético-político assumido no projeto profissional e societário ao qual se filia o profissional. Sua intervenção de caráter técnico-operativo deverá materializar esse compromisso se colocando no interior da luta de classe pela intervenção que contribua para a correlação de forças. A disputa de projetos societários é a materialização da luta de classe e do conflito inerente à condição de classe que cada um ocupa. Esses vão constituir um conjunto de valores e princípios para nortear suas posições e ações visando a atingir determinada finalidade, determinado tipo de sociedade. Portanto, trabalhar pela via das políticas sociais deve significar trabalhar com os processos de resistência através do fortalecimento dos sujeitos individuais e coletivos, na perspectiva de alterar a balança da correlação de forças em um investimento na construção da contra-hegemonia ao capitalismo. Isso evidencia que o processo e saída das classes subalternas desse estágio de exclusão para um de contra-hegemonia, no jogo das forças sociais, é eminentemente pedagógico, pois é necessário o desenvolvimento da consciência de classe.

Apesar de a vinculação com o Projeto Ético-Político não aparecer nas produções é possível identificar uma distinção clara de projeto societário pelas críticas e preocupações inerentes às pesquisas realizadas nas mesmas. Aparecem, na maioria, esses elementos como: limitações dadas pelo ideário neoliberal nas políticas sociais; preocupação com a qualidade e quantidade da participação nas esferas de controle social; e com a capacidade dos grupos populares de levar e defender suas demandas de forma que possam influenciar as políticas sociais no intuito de transformar suas condições de vida, entre outros. Assim, demonstra não só o compromisso com o projeto profissional, mas essencialmente sua materialização pela dimensão ético-política de sua intervenção.

Todavia, é importante destacar que a participação pressupõe um conjunto de condições de ordem física e mental que é deteriorada no capitalismo pela exaustão da força de trabalho e do potencial criativo, por isso, a relevância em

articular esse processo para o enfrentamento da desigualdade social, razão pela qual é importante os assistentes sociais articularem a formação política com um conjunto de ações para a garantia dos direitos sociais. Considera-se que a participação é nivelada pelas informações acessadas e pelas possibilidades dadas, na consciência e nas condições de existência, para a interpretação da mesma, no sentido de produzir um saber agregado a um conjunto de valores que respaldam uma posição política acerca das informações. Os discursos apelativos à participação mascaram a defesa de uma contraparticipação executada com cunho moralizante que despolitiza os processos e expressões como estratégia para retirar-lhes substância e manipulam os processos com potencial emancipatório que são utilizados em sentido inverso, como nos discursos moralizantes que se apoiam na defesa de direitos pelo uso da cooptação ou da solidariedade para processos de exploração, desresponsabilização ou para reiterar a benesse na contramão do reconhecimento de direitos. O trabalho do assistente social, ao construir as estratégias de enfrentamento, precisa dialogar com os usuários, movimentos sociais e organização dos trabalhadores no intuito de contribuir para com a unificação da luta geral dos trabalhadores. A dimensão socioeducativa do Serviço Social refere-se à articulação da formação política como parte do trabalho profissional. A intervenção do assistente social nas relações sociais se efetiva, principalmente, na dimensão socioeducativa, e pode ter um papel disciplinador, de manutenção do controle, ou de fortalecimento das lutas sociais, trabalhando pela via das políticas sociais com a rejeição da focalização e seletividade para defender a universalidade, além de um conjunto de estratégias visando a contribuir para a emancipação política da classe trabalhadora.

O trabalho com grupos favorece as práticas coletivas, a retomada de ações organizadas de cunho popular e pode provocar, também, o fortalecimento dos movimentos sociais pelo engajamento de novos sujeitos políticos e da formação de lideranças. Seu reconhecimento pelo Serviço Social é, portanto, importante para que, no cotidiano, que é o espaço da luta social, se processem as possibilidades de fazer essas mediações e colocar em prática as estratégias de mobilização das forças sociais e políticas da classe trabalhadora. Compreendendo a relação entre cultura e mudança social, pautada no princípio da não predeterminação, se vislumbra os sujeitos como agentes de transformação. A cultura, ao agregar um conjunto de valores e significados que dão sentido à forma de ver e interpretar o

real, interfere nas possibilidades de apreensão dos processos educativos. Logo, associando-se a cultura e a educação é possível trabalhar estratégias para compreensão e transformação da realidade. O processo de organização social se desenvolve à medida que os sujeitos, juntos, identificam interesses e necessidades comuns, reconhecendo que sua reivindicação e enfrentamento devem ser coletivizados. Pelo seu caráter coletivo, o debate em torno da participação e organização social, em uma perspectiva emancipatória, vai conduzir a práticas democráticas, requerendo o desenvolvimento da educação e da autonomia. Nesse sentido, pressupõe-se que as práticas sejam de socialização de poder, favorecendo a construção da contra-hegemonia enquanto construção histórica.

A formação política pode acontecer dentro de diferentes concepções ideológicas. No capitalismo é formação para a manutenção dessa racionalidade e desses valores. Considerando-se um projeto societário democrático e emancipatório, a formação política deverá estimular a desalienação. Os processos educativos contribuem com a problematização do aparente para desvendar os fenômenos, podendo interpretar e deliberar os mecanismos para transformação social, sendo esse processo que os constitui sujeitos autônomos do processo emancipatório. Há necessidade de propostas de formação política que possam agregar aqueles atores cooptados pelo capitalismo. A formação política deve promover uma inserção prático-crítica na realidade, onde se desenvolve a práxis social. Essa é a relação indissolúvel entre processo educativo, participação e organização para a realização de formação política que vem da ideia de que os enfrentamentos a serem realizados pelos sujeitos são “autorizados” à medida que exercitam o poder. Isso ocorre quando o povo tem conhecimento e participação na vida social, política e cultural, porque define a força social e política.

Assim, um dos resultados será a capacidade de os sujeitos individuais e coletivos sistematizarem e organizarem o conhecimento a serviço da luta social. Os processos educativos são considerados o fio condutor da formação porque agregam os valores e sentidos da análise e intervenção na realidade; têm intencionalidade, método, instrumentos, fundamentação teórica e ações práticas, havendo lugar para o espontâneo, porém não é ele que define a sua dinâmica. Se a formação tem objetivo, método e conteúdo, a sua elaboração deve construir uma nova moral baseada nos valores que lhe conferem sentido, mantendo o conteúdo revolucionário. Esse é um desafio para os assistentes sociais, o de construir as estratégias

metodológicas para a realização da formação política de maneira que envolva o processo de trabalho em que se inserem esses profissionais, onde se inclui a própria formação dos assistentes sociais.

É igualmente fundamental articular razão e sensibilidade, pois os sujeitos só sairão da inércia à medida que algo os “toque”. Essa é a mola propulsora, a descoberta daquilo que apaixona e mobiliza, que desacomoda e faz andar, ou seja, o sentido ontologicamente criador do humano, destacado por Freire. Essa é a motivação para o estudo da formação política, a constatação de que a força para a transformação social está nos patamares de consciência e organização alcançados, mediados pela mobilização dos sujeitos para participarem na luta das massas populares. Nesse sentido, a investigação deve ultrapassar as constatações, a pesquisa tem esse poder de propor, de identificar as possibilidades que se apresentam no cotidiano e reforçam a esperança de novos tempos de luta.

REFERÊNCIAS

- ABEPSS. **Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social**.1996.
- ANDALÓ, Carmem. **Mediação Grupal: uma leitura histórico-cultural**. São Paulo, Agora, 2006.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo, Edições 70, 2011.
- BARROCO, Maria Lucia Silva. **Ética e serviço social: fundamentos ontológicos**. São Paulo: Cortez, 2003.
- BEHERING, Eliane. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.
- BRASIL. **Constituição Federal do Brasil**. 1988.
- BRASIL. **Lei nº 8662 que Regulamenta o exercício profissional do Assistente Social**. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. 1993. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8662.htm>. Acesso em 18.01.15
- CASTRO, Alda Tereza Barroso de. Espaço público e cidadania. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 59, São Paulo: Cortez, 1999.
- CBCISS. **Teorização do Serviço Social**. Documentos de Araxá, Teresópolis e Sumaré. São Paulo: Agir, 1986.
- CFESS. **Código de Ética do Assistente Social**. 1993.
- CHAUÍ, Marilena. **Cultura e Democracia – o discurso competente e outras falas**. 8 ed. São Paulo: cortez 2000.
- COSSON, Rildo. Letramento político: por uma pedagogia da democracia. In: **Educação política: reflexões e práticas democráticas**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2010.
- COSTA, Kizzy Vecchio da. **A prática política dos Assistentes Sociais e a efetivação do Projeto Ético-Político**. Trabalho de Conclusão de Curso. Porto Alegre: PUCRS, 2008.
- COSTA, Kizzy Vecchio da. **Processo de formação política: uma contribuição ao desenvolvimento da participação e organização social**. Projeto de Pesquisa. Porto Alegre: PUCRS, 2014.
- DANTAS, Humberto. O caráter essencial da educação política e o desenvolvimento da democracia no Brasil. In: **Educação política: reflexões e práticas democráticas**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2010.
- FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

- FREIRE, Paulo. O papel do trabalhador social no processo de mudança. In: **Ação Cultural para Liberdade e Outros Escritos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 50 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.
- GOHN, Maria da Glória. Classes Sociais e Movimentos Sociais. **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Módulo II: Reprodução Social, Trabalho e Serviço Social. Brasília: CEAD, 1999.
- GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal e cultura política**. 5 ed. São Paulo: Cortez 2011.
- GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais**. São Paulo: Cortez, 2010.
- GOHN, Maria da Glória. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONG's e redes solidárias**. São Paulo: Cortez, 2008.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Cia da Letras, 2013.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela. 20 anos do livro relações sociais e Serviço Social no Brasil: uma leitura retrospectiva. **Temporalis: revista da ABEPSS**. 2002.
- IAMAMOTTO, Marilda V.. Transformações societárias, alterações no “mundo do trabalho” e Serviço Social. **SER Social**, Brasília, 2000.
- LAURELL, Asa Cristina. **Avançando em direção ao passado: a política social do neoliberalismo**. Estado e Políticas Sociais no Neoliberalismo. São Paulo: Cortez, 2002.
- LUIZ, Danuta E. Cantoia. **Emancipação e Serviço Social: potencialidade da prática profissional**. UEPG, 2011.
- MARCONI, Marina de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2011.
- MARCONI, Marina de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. São Paulo: Atlas, 2011.
- MARX, Karl. Manuscritos Econômicos e Filosóficos. In: FROMM, Erich. **Conceito Marxista do Homem**. Tradução T. B. Bottomore. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964.
- MONTAÑO, C. DURIGUETTO, M. L. **Estado, classe e movimento social**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- NETO, José Paulo. **A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea**. Capacitação em serviço social. Módulo I: Crise contemporânea, questão social e Serviço Social. Brasília: CEAD, 1999.

NETTO, José Paulo. Crise do capital e consequências societárias. **Revista Serviço Social e Sociedade**, nº 111, São Paulo, Cortez, 2012

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós 64**. São Paulo: Cortez, 2005.

PAIVA, B. A. O SUAS e os direitos socioassistenciais - a universalização da seguridade social em debate. **Revista Serviço Social e Sociedade** nº 87. Cortez, São Paulo, 2006.

PIZETTA, Adelar João. **A formação de quadros políticos: elaborações teóricas, experiências e atualidade**. In: Cadernos de Estudos da Escola Nacional Florestan Fernandes 1 – A Política de Formação de Quadros. 2 ed. São Paulo: ENFF, 2007.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL. Biblioteca Central Ir. José Otão. **Modelo para apresentação de trabalhos acadêmicos, teses e dissertações elaborado pela Biblioteca Central irmão José Otão**. 2011. Disponível em: <www.pucrs.br/biblioteca/trabalhosacademicos>. Acesso em: 06.12.14.

REIS, Carlos Nelson dos. **O sopro do minuano: transformações societárias e políticas sociais: um debate acadêmico**. Porto Alegre: Edipucrs, 2007.

ROTTIER, Norma. **La Educación del Pueblo**. In: Revista Acción Crítica nº 19, Lima: CELATS/ALAETS, 1986.

SANT'ANA, Raquel Santos. O desafio da implantação do projeto ético-político do Serviço Social. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 62, 2000.

SILVA, M. Ozanira da Silva. **O serviço social e o popular: resgate teórico metodológico do projeto profissional de ruptura**. São Paulo: Cortez, 1995.

SIMIONATTO, Ivete. Expressões ideoculturais da crise capitalista na atualidade e sua influência teórico-prática. In: CFESS. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

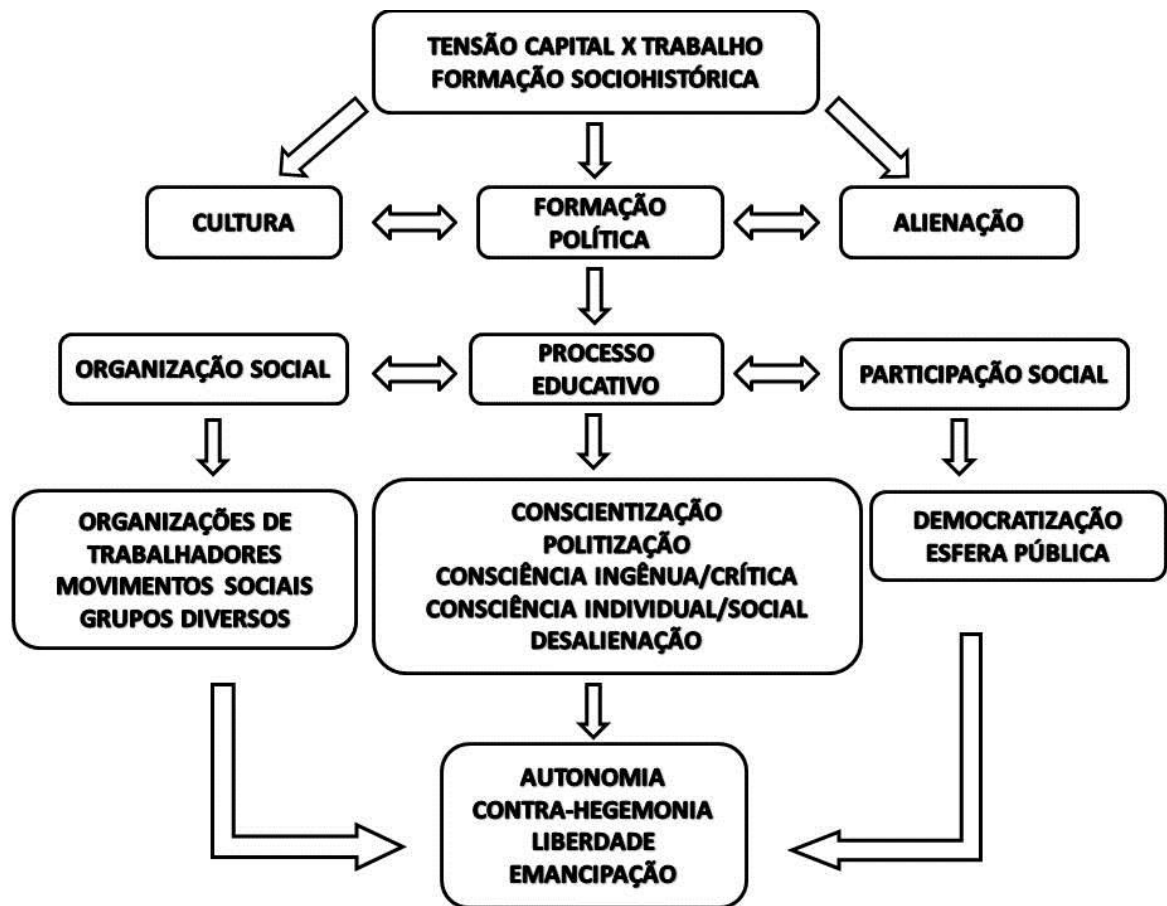
SOUZA, Maria Luiza. **Desenvolvimento de comunidade e participação**. São Paulo: Cortez, 2004.

TONET, Ivo. **Educação, cidadania e emancipação humana**. Disponível em: <http://www.ivotonet.xpg.com.br/arquivos/EDUCACAO_CIDADANIA_E_EMANCIPACAO_HUMANA.pdf>. Acesso em: 01/09/2011.

YASBEK, Maria Carmelita. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. **Revista Temporalis/ABEPSS**, n. 3, 2001.

YAZBECK, Maria Carmelita. **O Serviço Social como especialização do trabalho coletivo**. Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo I: crise contemporânea, questão social e serviço social. Brasília: CEAD, 1999.

APÊNDICE A – Esquema conceitual da formação política crítica



APÊNDICE B – Produções do serviço social disponíveis para análise

LINHA DE PESQUISA	TIPO	AUTOR	TÍTULO	PALAVRA-CHAVE	ANO
Xxx	Dissertação	AGUIRRE, Rocio Tamara Munoz	O conselho municipal do idoso de Belém e a participação: reflexões críticas	envelhecimento; participação; controle social	2011
Xxx	Dissertação	AHLERT, Betina	Casas e seus entornos: o reassentamento com bonus moradia na cidade de porto alegre/rs	política de habitação. Bônus moradia. Participação popular	2012
Estado, sociedade e políticas sociais	Dissertação	CARDOSO, Elisabete Lopes	Representação e sociedade civil nos conselhos gestores de políticas: uma análise do conselho municipal de assistência social em camaçari (ba), de 1997 até o último biênio, 2010/2012	sociedade civil. Participação social. Espaço público. R.p.p.	2011
Políticas sociais, subjetividade e movimentos sociais	Dissertação	DELANOS, Flaviane Cristina de Oliveira Ferreira	Participação popular na política municipal de habitação de vitória/es	questão urbana, pol.de habitação, democracia, participação	2011
Questão social, políticas públicas, trabalho e direitos sociais na amazônia	Dissertação	LAPA, Ursula Castro	A participação do idoso nas associações da sociedade civil em manaus	Idoso; participação; sociedade civil; controle social	2012
Avaliação de programas e projetos governamentais e não-governamentais	Dissertação	OLIVEIRA, Bruno Coutinho de Souza	A construção de uma política pública: a experiência da participação popular na implementação do pac social no Complexo do Alemão / RJ	Participação, clientelismo, máquina política, reconhecimento	2011
Questão social, instituições e serviços sociais	Dissertação	PEREIRA, Esdras Daniel dos Santos	Participação social e a construção da equidade em saúde: o conselho nacional de saúde e direitos da população – lgbt	Participação social, equidade em saúde , lgbt	2011
Trabalho, questão social e cidadania	Dissertação	SOUZA, Cleonilton da Silva	Discursos políticos no twitter nas eleições 2010 para presidência da república no brasil	Eleições, redes sociais, participação política, twitter, soc	2012

Avaliação de políticas de seguridade social	Dissertação	TEIXEIRA, Emilia Carvalho	O controle social a partir das comissões locais de assistência social na cidade do rio de janeiro	Controle social, participação, democratização, cidadania	2011
Política social : estado, movimento sociais e associativismo civil	Tese	CRISTO, Solange Conceicao Albuquerque e de	Controle social em saúde: uma análise dos conselhos municipais de saúde de belém e melgaço no estado do pará	Controle social; participação; conselhos municipais de saúde	2011
Política social: estado, movimento sociais e associativismo civil	Tese	PEZOTI, Rosangela Helena	O projeto nova luz e a participação dos sujeitos coletivos e políticos: um processo de reurbanização em questão	Urbanização, gentrificação. Participação popular	2012

APÊNDICE C – Principal fundamentação teórica das produções

Nº DE PRODUÇÕES QUE UTILIZAM	AUTOR	Nº VEZES QUE APARECE	OBRA REFERENCIADA
4	ARRETCHE, Marta	1	Mitos da descentralização: mais democracia e eficiência nas políticas públicas. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 31 (11): 44-66.1996. Disponível em: < http://www.fflch.usp.br/dcp/assets/docs/Marta/RBCS_96.pdf >. Acesso em 22 de junho de 2010
		3	Políticas Sociais no Brasil: descentralização em um Estado federativo. Revista Brasileira de Ciências Sociais [São Paulo], v. 14, n. 40, p. 111-141, Jun. 1999.
		1	Estado Federativo e políticas sociais: determinantes da descentralização. São Paulo: Fapesp/Revan, 2000.
4	BEHRING, Elaine R	2	Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.
		1	Política social no capitalismo tardio. SP: Editora Cortez, 2007.
		2	Política social: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2006. (Biblioteca Básica do Serviço Social).
		1	Contra-reforma do Estado, seguridade social e o lugar da filantropia. Serviço Social e Sociedade nº 73. Cortez, São Paulo, 2003.
		1	Os Conselhos de Assistência social e a construção da democracia. In. Política de Assistência Social: Uma Trajetória de Avanços Desafios – Subsídios à III Conferência Nacional de Assistência Social. São Paulo: Cadernos ABONG – Nº 30, 2001

4	CORREIA, Maria Valéria Costa		A Relação Estado/Sociedade e o Controle Social: Fundamentos para o debate. In. Revista Serviço Social e Sociedade: Assistência Social Políticas e Direitos nº 77, São Paulo. Cortez, 2004.
		2	Controle social na saúde. In: MOTA, Ana Elizabete et al. (Orgs.). Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2006. p. 111-138.
		2	Controle Social. Dicionário da Educação Profissional em Saúde. 66-73, 2006. Disponível: www.epsjv.fiocruz.br/upload/d/Controle_Social_rec.pdf (acessado em 10/09/2009).
		2	CORREIA, Maria Valéria Costa. Que Controle Social na Política de Assistência Social? In: Serviço Social e Sociedade nº 72, São Paulo: Cortez, 2002.
4	DURIGUETTO, Maria Lúcia	3	Sociedade Civil e Democracia – Um debate necessário. São Paulo: Cortez, 2007.
		1	Estado, classe e movimento social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.(Biblioteca básica de serviço social; v.5)
		1	Sociedade civil e movimentos sociais: debate teórico e ação prático-política. Revista Katálisis. Florianópolis v. 12 n.1 p. 13-21 jan./jun. 2009.
4	IAMAMOTO, Marilda Vilela	4	A Questão Social no Capitalismo. Revista Temporalis. Ano 2, nº3 (jan./jul.2001. Brasília: ABEPSS, Grafline, 2001.
		1	Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico metodológica. 6ª Edição. São Paulo: Cortez/Celats, 1988.
		2	Serviço Social em Tempo de Capital Fetice. Capital financeiro, trabalho e questão social. 2ª Edição. São Paulo. Cortez, 2008

		1	O Serviço Social na cena contemporânea. In: CFESS; ABEPSS. (Orgs.). Serviço Social: direitos e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 15-50.
		1	Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: CFESS; ABEPSS. (Orgs.). Serviço Social: direitos e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 341-376
		1	Serviço Social e Contemporaneidade. São Paulo: Cortez, 1998.
4	NOGUEIRA, Marco Aurélio	4	Um Estado para uma Sociedade Civil: temas éticos e políticos da gestão democrática, 2ª edição, São Paulo: Cortez, 2005).
		1	A Dialética Estado/Sociedade e a Construção da Seguridade Social pública. In. Política de Assistência Social: Uma Trajetória de Avanços Desafios – Subsídios à III Conferência Nacional de Assistência Social. São Paulo: Cadernos ABONG – Nº 30, 2001
		1	Pensamento Político e a Redemocratização do Brasil. Lua Nova, São Paulo, 71: 173-228, 2008
		1	Um Gramsci todo dedicado à política. In: FERREIRA, Oliveiros S. Um pensador da política. São Paulo: Humanitas Publicações, 1999. p. 133-156.
		1	Sociedade Civil entre o Político-Estatal e o Universo Gerencial. Revista Brasileira de Ciências Sociais - Vol. 18 nº. 52. Junho/2003. Disponível: www.scielo.br
5	AVRITZER, Leonardo	1	Para ampliar o cânone democrático. 2003 - disponível em www.eurozine.com .

		1	A dinâmica da participação local no Brasil – Pensando a Democracia Participativa. São Paulo, IPEA, UFMG e Cortez, 2010
		1	“Teoria crítica, democracia e esfera pública: concepções e usos na América Latina”, Revista Dados, vol. 47, n°. 4, Rio de Janeiro, 2004.
		1	A participação social no Nordeste. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.
		1	Experiências nacionais de participação social. São Paulo: Cortez, p. 27–54, 2009.
		1	Sociedade civil e Participação Social no Brasil. Texto disponível em http://www.democraciaparticipativa.org/
		1	Sociedade Civil, Instituições participativas e Representação: da Autorização à legitimidade da ação. DADOS- Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol.50, nº 3, 2007, pp.443 a 464.
		1	Públicos participativos: sociedade civil e novas instituições no Brasil democrático. In. V.S.P. COELHO & M. NOBRE (org.) Participação e deliberação: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo. São Paulo. Editora 34, 2004.
5	PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira	1	Política Social e Democracia.2ª Ed. São Paulo: Cortez: Rio de Janeiro: UERJ, 2003
		2	Controle democrático com garantias de direitos. Brasília: Subsecretaria dos Direitos Humanos, Subsecretaria de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, 2005.
		2	Política Social: temas e questões. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

		1	Estado, Regulação Social e Controle Democrático. In: BRAVO, Maria Inês Souza; PEREIRA, A. P. (Orgs.). Política Social e Democracia. 2ª Ed. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2002
		1	Necessidades Humanas: Subsídios a crítica dos Mínimos Sociais. São Paulo: Cortez, 2000.
5	TEIXEIRA, Elenaldo Celso	5	O Local e o Global, Limites e desafios da participação cidadã. 3 ed.[S.l.]: Cortez, 2003.
		1	Movimentos Sociais e Conselhos. Cadernos Abong. nº.15, julho 1996, p 7-20
5	TELLES, Vera da Silva	2	Direitos Sociais: Afinal de que se trata? 1997. In: Direitos Humanos no Limiar do Século XXI. Disponível em : http://www.acaoeducativa.org.br Acessado em: 10 de fevereiro de 2010
		1	“Sociedade civil e a construção de espaços públicos”, In: Evelina Dagnino (org.). Anos 90 – Política e sociedade no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1994.
		2	Pobreza e Cidadania. Caderno CRH, n.19, 2003
		1	A cidade e o trabalho. Le Monde Diplomatique, n. 2, jan. 2001.
6	RAICHELIS, Raquel	1	A cidade de São Paulo – relações internacionais. São Paulo: EDUC, 2009.
		2	Gestão pública democrática no contexto do Mercosul. In: SIERRA, G. de. Los rostros del Mercosur el difícil camino de lo comercial a lo societal. Buenos Aires: Clacso, 2001.
		1	A relação entre os Conselhos e os movimentos sociais. Observatório dos Direitos do Cidadão de São Paulo, São Paulo, Instituto Pólis/PUC-SP, n. 12, 2003.

		1	Democratizar a Gestão das Políticas Sociais: um desafio a ser enfrentado pela sociedade civil. In MOTTA, Ana Elizabete (orgs.) Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2006. Disponível em: < http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto1-4.pdf > Acesso em: maio de 2011
		4	Esfera pública e conselhos de assistência social. Caminhos da construção democrática. São Paulo: Cortez, 2008.
7	GOHN, Maria da Glória Marcondes	1	Conselhos Populares e Participação Popular. In: Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, n.º 34, 1990.
		2	Movimentos Sociais e a Luta pela Moradia. São Paulo: Loyola, 1991.
		2	História dos movimentos sociais e das lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros. São Paulo: Loyola, 2003.
		1	Os sem-terra, ONGs e cidadania: a sociedade civil brasileira na era da globalização. São Paulo: Cortez, 1997.
		2	Conselhos gestores e participação sóciopolítica, São Paulo: Cortez, 2003.
		1	Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais. São Paulo: Cortez, 2010. (Coleção questões da nossa época; v. 1)
		1	Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. Saúde soc. 2004, vol. 13, no. 2, pp. 20-31. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-2902004000200003&script=sci_abstract&tlng=pt Acesso em: 23 de junho de 2008.

		4	Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil Contemporâneo- Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
		2	Movimentos Sociais no início do século XXI. Petrópolis/RJ: Vozes, 2003.
		1	O papel dos Conselhos Gestores na gestão urbana, In: RIBEIRO, A. C. T. (org.) Repensando a experiência urbana da América Latina: questões, conceitos e valores, Buenos Aires, CLACSO, OUTUBRO DE 2000 (Colección Grupos de Trabajo de CLACSO Desarrollo Urbano.
		1	O Protagonismo da Sociedade Civil. 2ª. São Paulo : Cortez, 2008. Coleção Questões de nossa Época.
		1	Papel dos Conselhos Gestores na Gestão Pública. In: Informativo CEPAM. Conselhos Municipais das áreas Sociais. 2.ed.ver.atal.ampl. São Paulo: Fundação Prefeito Faria Lima – CEPAM. Unidade de Políticas Públicas, v.1 n.3,2001. p 7-16.
		1	Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneosl. São Paulo : Loyola, 2002.
8	DAGNINO, Evelina	3	A Disputa pela construção democrática na América Latina. S. Paulo: Paz e Terra, 2006. .
		2	¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? En Daniel Mato (coord.), Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004b, pp. 95-110.
		2	Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. Política e Sociedade Nº 5 , 2004.

			Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando. [S.l.]: [S.n], 2004. 95-110 p.
		5	Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil. São Paulo: Paz e Terra,2002.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C837s Costa, Kizzy Vecchio da

Serviço social e formação política : evidências do debate atual / Kizzy Vecchio da Costa. – Porto Alegre, 2015.

104 f.

Diss. (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, PUCRS.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Berenice Rojas Couto.

1. Serviço Social. 2. Formação Política. 3. Organização Social. 4. Participação Política. I. Couto, Berenice Rojas. II. Título.

CDD 361

**Ficha Catalográfica elaborada por
Vanessa Pinent
CRB 10/1297**